



# MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ

BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO  
NO MUNICÍPIO DE  
NITERÓI  
2000-2010

# EXPEDIENTE E CRÉDITOS

## PETROBRAS

*Wilson Guilherme Ramalho da Silva* – Gerente Executivo do Abastecimento Programas de Investimento

*Antonio Luiz Fernandes dos Santos* – Gerente Geral de Implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro - Comperj

*Aline Duarte Henriques* – Profissional de Comunicação Social Pleno

*Beatriz Andrade do Patrocínio* – Administrador Júnior

## UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

*Roberto de Souza Salles* - Professor e Reitor da UFF

*Regina Bienenstein* - Profa. Dra. da Escola de Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU/UFF e Coordenadora do Projeto Preposta pela UFF

*Edna Yokoo* - Profa. Dra. do Instituto de Saúde da Comunidade da UFF

*Eduardo Bulhões* - Prof. Dr. do Instituto de Geociências da UFF

*Jorge Nassim Vieira Najjar* - Diretor e Prof. Dr. da Faculdade de Educação da UFF

*Jorge Nogueira de Paiva Brito* - Prof. Dr. da Faculdade de Economia da UFF

## ONU-HABITAT

Escritório Regional para a América Latina e o Caribe do Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - ONU-HABITAT/ROLAC

*Dr. Alain Grimard* - Diretor do Escritório Regional  
*Msc. Rayne Ferretti* - Coordenadora de Programas

*Dr. Oscar Fernando Marmolejo Roldan* - Coordenador do Projeto

*Msc. Daniela Amaral* - Assistente da Coordenação do Projeto

*João Victor Meirelles* - Estagiário

## PESQUISA, ANÁLISE E DOCUMENTAÇÃO

### UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

Faculdade de Economia

*Prof. Dr. Jorge Nogueira de Paiva Britto*, *Prof. Dr. Carlos E. Guanziroli*, *Prof. Dr. Daniel Ribeiro*, *Prof. Dr. Claudio Considera*, *Prof. Dr. Leonardo Mulls*, *Prof. Dr. Luciano Losekan*, *Prof. Dr. Marco Vargas*, *Prof. Dr. Alberto Di Sabba*, *Prof. Dr. Fabio Stallivieri*, *Msc. Ariana Britto* e *Dr. Mauricio Vasconcellos* (Consultor Estatístico IBGE-ENCE).

Faculdade de Educação  
*Prof. Dr. Jorge Nassim Vieira Najjar*, *Profa. Dra. Flávia Monteiro de Barros Araújo*, *Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento*, *Msc. Aline Javarini*, *Msc. Jane Machado da Silva*, *Msc. Sheila do Nascimento Dassié*, *Alexandre Mendes Najjar*, *Derekson Rodrigues da Silva Dantas*, *Joanna Vignoli Silva* e *Leonardo Dias da Fonseca*.

Instituto de Geociências

*Prof. Dr. Guilherme Fernandez*, *Prof. Dr. Eduardo M. R. Bulhões*, *Prof. Dr. Raul Vicens*, *Msc. Felipe Mendes Cronemberger*, *Msc. Thais Baptista da Rocha*, *Msc. Natalie Chagas Slovinski*, *Msc. Lidice Cabral do Nascimento*, *Maria Luísa da Fonseca Pimenta*, *Mariana Silva Figueiredo*, *Pedro Ivo Bastos de Castro*, *Rômulo Weckmuller Vieira* e *Maria Angélica Rabello Quadros*.

Instituto de Saúde da Comunidade

*Profa. Dra. Edna Massae Yokoo*, *Profa. Dra. Hélia Kawa*, *Profa. Dra. Sandra Costa Fonseca*, *Dra. Andréa Sobral de Almeida*, *Dra. Ana Paula da Costa Resendes*, *Msc. Márcia Lait Morse*, *Msc. Fábila Albernaz Massarani* e *Msc. Waldemir Paixão Vargas*.

Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos - NEPHU/UFF

*Profa. Dra. Regina Bienenstein*, *Profa. Msc. Eloísa Helena Barcelos Freire*, *Msc. Ana Luíza Toffano*, *Msc. Arthur Pereira*, *Thiago Costa Amorim*, *Natália Coelho de Oliveira*, *Sylvia Cordeiro de Azeredo Pinheiro*, *Filipe Augusto Pereira Simões*, *Ulises Rodrigo Magdalena*, *Rafaela Carvalho*, *Rafael Drumond*, *Nathur Duarte Pereira Junior*, *João Victor Meirelles*, *Adriano Ethur Dias*, *Felipe de Souza Gonçalves*, *Karina de Aquino Paz* e *Prof. Dr. Cássio de Almeida Freitas* (Consultor Estatístico IBGE-ENCE).

## GERÊNCIA FINANCEIRA

Fundação Euclides da Cunha - FEC

*Profa. Dra. Mirian Assunção de Souza Lepsch* - Presidente da FEC

## PROJETO GRÁFICO

Instituto de Arte e Comunicação Social - IACS/UFF - Laboratório de Livre Criação

*Profa. Dra. Rosa Benevento* e

*Msc. Joana Lima*

## ORGANIZAÇÃO DA PUBLICAÇÃO

ONU-HABITAT/ROLAC

*Daniela Amaral* e

*Oscar Fernando Marmolejo Roldan*

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE

*Edna Massae Yokoo*, *Eduardo Manoel Rosa*

*Bulhões*, *Jorge Brito*, *Jorge Nassim Vieira*

*Najjar* e *Regina Bienenstein*

Revisão

*Msc. Daniela Amaral* - ONU-HABITAT/ROLAC

*Cynthia Paes Virginio* - EdUFF

*Icléia Freixinho* - EdUFF

*Maria das Graças C. L. L. Carvalho* - EdUFF

*Sônia de Oliveira Peçanha* - EdUFF

*Tatiane de Andrade Braga* - EdUFF

*Rozely Campello Barroco* - EdUFF

## EDITORA

EdUFF - Editora da Universidade Federal Fluminense

Rua Miguel de Frias, 9 - anexo | sobreloja -

Icaraí | CEP 24220-900 Niterói, RJ - Brasil

(21) 2629-5287 - Telefax (21) 2629-5288

www.editora.uff.br | eduff@vm.uff.br

Reitor da UFF - *Roberto de Souza Salles*

Vice-Reitor da UFF - *Sidney Luiz de Matos Mello*

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação - *Antonio Claudio Lucas da Nóbrega*

Pró-Reitor de Extensão - *Wainer da Silveira e Silva*

Diretor da EdUFF - *Mauro Romero Leal Passos*

ISBN - 978-85-228-0815-1

## AGRADECIMENTOS

Os responsáveis pelo projeto gostariam de agradecer às seguintes instituições pela gentil colaboração na elaboração deste boletim: IBGE; Datasus; IPEA; INEP; Unisys/Datamec; Ampla; Águas de Niterói; Cedae; Amae; SAAE.

Nosso reconhecimento pela inestimável contribuição neste projeto ao Reitor da Universidade Federal Fluminense (UFF); ao Diretor do Escritório Regional para América Latina e o Caribe (ONU-HABITAT/ROLAC); ao Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), Sr. Carlos Pereira; ao Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), Sr. Álvaro Adolpho Tavares dos Santos; ao Fórum Comperj; à Unisys/Datamec; à Fundação Euclides da Cunha (FEC); ao Sr. Erik Vittrup Christensen (Oficial Principal ONU-HABITAT/ROLAC), a Fabiana Araújo (Estagiária da ONU-HABITAT/ROLAC) e aos Prefeitos, aos Secretários, aos Subsecretários e às Equipes Técnicas das Prefeituras Municipais, às Associações de Moradores, às Agendas 21 e à população dos onze municípios do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), localizados na área de influência do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), estudados neste projeto (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Maricá, Magé, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá).



**MONITORAMENTO DE INDICADORES  
SOCIOECONÔMICOS NOS MUNICÍPIOS DO  
ENTORNO DO COMPLEXO PETROQUÍMICO  
DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - COMPERJ**

**BOLETIM DE ACOMPANHAMENTO  
NO MUNICÍPIO DE  
NITERÓI  
2000-2010**



---

M744 Monitoramento de indicadores socioeconômicos nos municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro: COMPERJ: boletim eletrônico de acompanhamento no município de Niterói: 2000-2010 / ONU-HABITAT, Universidade Federal Fluminense. — Niterói: Editora da UFF, 2012.

1 CD-ROM (v. 1)  
ISBN 978-85-228-0815-1

1. Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro - Indicadores. I. ONU-HABITAT.  
II. Universidade Federal Fluminense.

CDD 338.766

---

# PREFÁCIO

## O COMPERJ E O CONLESTE<sup>1</sup> – EXPECTATIVAS E DESAFIOS PARA OS ONZE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DO LESTE FLUMINENSE

A iniciativa da Petrobras de investir na implantação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) no município de Itaboraí trará mudanças significativas para a atual configuração econômica, populacional, habitacional, ambiental, urbanística, de mobilidade, segurança, ordenamento territorial, educação e saúde em toda a região.

Nesse contexto, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - Conleste, surge como o instrumento capaz de viabilizar parcerias e alianças intermunicipais, a fim de propiciar soluções integradas e compartilhadas aos desafios comuns, buscando minimizar os aspectos negativos e potencializar os aspectos positivos do Comperj. O consórcio assume o papel de integrador e planejador de políticas que possibilitem o desenvolvimento sustentável de 15 municípios da região leste fluminense, a saber: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá e Teresópolis.

Em 11 municípios<sup>2</sup> do Conleste, que estão na região de influência do Comperj, garantir impactos positivos do empreendimento pode contribuir para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs), sendo necessário implementar ações relativas a políticas públicas de caráter local e regional, definidas a partir de uma agenda integrada.

## A PETROBRAS E O PACTO GLOBAL DA ONU

Em sua trajetória, a Petrobras destaca-se como pioneira ao aderir aos princípios do Pacto Global da ONU e assumir compromissos para que os Objetivos e as Metas do Milênio orientem sua política de responsabilidade social e empresarial. Nesse sentido, a partir do anúncio da implantação do Comperj em Itaboraí, a Petrobras desenvolve um projeto pioneiro no mundo: o monitoramento



dos indicadores socioeconômicos dos 11 municípios do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj). Este projeto é uma parceria da Petrobras com a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT).

## O PROJETO DE MONITORAMENTO DE INDICADORES SOCIOECONÔMICOS DOS MUNICÍPIOS DO ENTORNO DO COMPERJ

O projeto tem como objetivo monitorar a evolução dos indicadores socioeconômicos e ambientais da região do Comperj e construir um banco de dados georreferenciado a partir dessas informações. Os Objetivos, as Metas e os Indicadores do Milênio constituem-se como elementos norteadores deste projeto e como referências para os governos locais no planejamento de suas políticas públicas, de modo que permitam inserir a região do Conleste em um processo de desenvolvimento sustentável.

O projeto já está na segunda fase (2011-2013). Na primeira fase (2007-2010) foi realizado um processo participativo com diversos atores da região do Conleste a fim de adaptar os Objetivos, os Indicadores e as Metas do Milênio. Esse processo culminou com o estabelecimento de 8 Objetivos, 23 Metas e 60 Indicadores. Considerando-se que o ODM 8 não se aplicava ao escopo do projeto, foi elaborado um Objetivo adicional, o ODM 9, enunciado como se segue: “Acelerar o Processo de Desenvolvimento Local com Redução de Desigualdades na Região de Influência do Comperj”.

A adaptação dos Objetivos e dos Indicadores do Milênio foi validada entre as equipes da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da ONU-HABITAT, com a participação de gestores locais do Conleste. A UFF participou nesse processo com especialistas da Faculdade de Economia, da Faculdade de Educação, do Instituto de Geociências, do Instituto de Saúde da Comunidade, da Escola de Arquitetura e Urbanismo e do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos (NEPHU). O processo de adaptação de indicadores norteou-se pelos seguintes critérios:

<sup>1</sup> O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense - Conleste surge inicialmente com uma conformação de 11 municípios (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá). Atualmente se integram ao Conleste 15 municípios (incluídos recentemente os municípios de Araruama, Nova Friburgo, Saquarema e Teresópolis).

<sup>2</sup> Os 11 municípios localizados no entorno do Comperj são aqui neste boletim denominados como Municípios Influenciados pelo Comperj (MIC).

- Manutenção ou aproximação máxima dos indicadores sugeridos pela ONU;
- Seleção de indicadores diretamente relacionados e sensíveis à Meta;
- Seleção de indicadores passíveis de atualização periódica e com série histórica disponível a partir de 1990;
- Utilização de bases de dados e metodologias consolidadas.

O princípio norteador do projeto é o direito pleno à cidade, que pressupõe a erradicação da pobreza e a melhoria geral das condições de vida dos habitantes dos municípios do Conleste, em consonância com os ODMs e com os princípios do Pacto Global da ONU.

Entre os indicadores do Milênio monitorados no contexto desse projeto, vale destacar a evolução das cadeias produtivas instaladas na região, o fluxo de matrícula escolar das redes públicas de ensino, indicadores de saúde materna, de mortalidade infantil, de doenças de maior incidência e de violência, a evolução dos assentamentos precários, do uso e ocupação do solo, das condições de saneamento ambiental e das áreas de preservação ambiental.

Esta publicação tem como objetivo principal apresentar as informações e os resultados das análises realizadas sobre cada Município da Área de Influência do Comperj, no período compreendido entre 2000 e 2010. Como objetivo específico, busca-se subsidiar os gestores locais e a sociedade civil em geral com a inédita e complexa pesquisa realizada para a região, cujo propósito é identificar e compreender as alterações em curso a partir da implantação do Comperj e, desta maneira, contribuir para o aperfeiçoamento das políticas públicas e do processo de planejamento.

A pesquisa abrange o monitoramento de 24 metas e 62 indicadores baseados nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio para 11 dos 15 municípios que hoje integram o Conleste. Portanto, tem como público alvo os gestores públicos, a sociedade civil, instituições de ensino e de pesquisa e demais técnicos e estudiosos interessados no tema.

Este Boletim reúne a análise relativa à parte das Metas estabelecidas para serem alcançadas até o ano de 2012 e indicadores tratados na pesquisa. Dentre os 62 indicadores estudados, aqui são abordados os seguintes:

- Distribuição de domicílios abaixo da linha da pobreza;
- Taxa de matrícula escolar líquida dos ensinos fundamental e médio;
- Taxas de distorção idade/série e idade/conclusão nos ensinos fundamental e médio;
- Taxas de gênero na matrícula e conclusão dos ensinos fundamental e médio;
- Taxa de matrícula no ensino técnico de nível médio;
- Participação feminina no mercado de trabalho;
- Diferencial de remuneração por gênero;
- Taxa de mortalidade infantil;
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de 5 anos de idade;
- Mortalidade materna;
- Proporção de tipos de partos assistidos por profissionais de saúde;
- Taxa de incidência de tuberculose;
- Proporção de áreas cobertas por florestas;
- Proporção de áreas protegidas em unidades de conservação;
- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a rede de água e esgoto oficial;
- Percentual de área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos;
- Percentual de área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana dos municípios;
- Percentual de domicílios em assentamentos precários em relação ao total de domicílios urbanos dos municípios;
- Percentual de assentamentos precários regularizados em relação ao total de assentamentos precários dos municípios;
- Percentual de assentamentos precários urbanizados em relação ao total de assentamentos precários dos municípios;
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais por famílias com renda até 6 salários mínimos, em relação ao total de domicílios existentes em assentamentos precários nos municípios.

# PREFACE

## COMPERJ AND CONLESTE<sup>1</sup>: EXPECTATIONS AND CHALLENGES OF THE ELEVEN MUNICIPALITIES OF RIO DE JANEIRO'S EAST REGION

The Petrobras initiative to invest in the implementation of the Petrochemical Complex of Rio de Janeiro (Comperj) in the city of Itaboraí is expected to change significantly many aspects of the region, related to its economy, population, housing infrastructure, environment, urban mobility, public safety, education and public health.

In this context, the Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – Conleste, was established as a mechanism for regional partnerships and alliances. Conleste aims to solve, in an integrated manner, problems that are common to the 11 municipalities, hence minimizing the negative impacts of the Comperj in the region, and maximizing its positive effects. The Consortium performs a central role in integrating and establishing public policies oriented towards the promotion of sustainable development in the 15 municipalities of the east region of the State of Rio de Janeiro: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Nova Friburgo, Rio Bonito, São Gonçalo, Saquarema, Silva Jardim, Tanguá and Teresópolis.

In the 11 municipalities<sup>2</sup> of the Conleste, that are part of the region of influence of Comperj, to ensure positive impacts of the project means to contribute to the achievement of the Millennium Development Goals (MDGs), being necessary the implementation of actions related to local and regional policies, which are defined by an integrated agenda.

## PETROBRAS AND UN'S GLOBAL COMPACT

Historically, Petrobras has emerged as a pioneer in adhering to UN's Global Compact international principles and commitments, adopting the Millennium Development Goals as a central reference point for their corporate social responsibility agenda. From the announcement of the Comperj in Itaboraí, Petrobras sensed the need to develop an innovative



project: monitoring of the socioeconomic impacts, based on the MDGs, caused by the industrial activity in the region surrounding the Comperj. This project is conducted in partnership with the United Nations Program for Human Settlements (UN-HABITAT) and the Universidade Federal Fluminense (UFF).

## MONITORING OF THE SOCIOECONOMIC INDICATORS IN THE SURROUNDING MUNICIPALITIES OF THE COMPERJ

The Project aims to monitor the evolution of socioeconomic and environmental indicators in Comperj's surrounding region and, to develop a geo-referenced database from this indicators. The monitoring of the Millennium indicators shall act as a reference for local governments in the planning of their public policies, promoting the sustainable development of the region.

The project is already in its second phase (2011-2012). During the first phase (2007-2010) a participative process took place involving the most relevant actors of the region of Conleste, in order to adapt the Millennium Goals, Indicators and Targets to the local reality. This process has resulted in the establishment of 8 Goals, 23 Targets and 60 Indicators. Considering that the MDG 8 did not apply to the scope of the Project, an additional Goal was established: "MDG 9 – Acceleration of the Process of Local Development with Reduction of Inequalities in the Region of Comperj".

The adaptation of the Millennium Goals and Indicators to the local reality was validated by the UN-HABITAT team and the Universidade Federal Fluminense (UFF), as well as by local authorities of Conleste. UFF has contributed to this process with experts from the following fields: Faculty of Economy, Faculty of Education, Institute of Geosciences, Institute of Community Health, School of Architecture and Urbanism and the Center of Urban and Housing Research and Design (NEPHU). The adaptation process was oriented by the following criteria:

<sup>1</sup> The Intermunicipal Consortium for the Development of the East Fluminense Region – Conleste, firstly emerged as a joint effort of 11 municipalities (Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Guapimirim, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim e Tanguá) and is currently integrated by 15 municipalities (4 other municipalities joined the consortium at a later moment: Araruama, Nova Friburgo, Saquarema and Teresópolis).

<sup>2</sup> The 11 municipalities surrounding Comperj are here in this bulletin denominated Municipalities influenced by Comperj (MIC).

- Maintenance or closest approximation to the indicators suggested by the UN;
- Selection of indicators directly related to the target (Sensible to required changes);
- Selection of indicators which may be periodically updated, with data available from 1990;
- Use of well-established databases and methodologies.

The key principle of this project is to guarantee the right to the city to its inhabitants, which presupposes the eradication of poverty and the overall improvement of life quality in the region, according to the MDGs and the principles of UN's Global Compact.

Among the Millennium Indicators monitored in this project, it is worth to highlight the following: the evolution of local economic clusters, flows of students in public schools, maternal health, incidence of child mortality, high prevalence diseases, urban violence, as well as the monitoring of low-income settlements, land-use and zoning, environmental sanitation and areas of environmental protection.

This publication's main objective is to present information and results of analyzes performed on each municipality in the Area of Influence Comperj in the period comprehended between 2000 and 2010. The specific objective is to subsidize local managers and civil society in general, using the unprecedented and complex research of the region, the purpose is to identify and understand the changes ongoing since the implementation of Comperj and thus contribute to the improvement of public policy and planning process.

The research covers the monitoring of 24 targets and 62 indicators based on the Millennium Development Goals for 11 of the 15 municipalities that integrates Conleste nowadays. Therefore, it has as target the managers, civil society, educational institutions and other technicians and scholars interested in the subject.

This newsletter brings together the analysis on the part of the Goals set to be achieved by the year 2012 and agreed in the survey indicators. Among the 62 indicators analyzed, the following were discussed:

- Households below the poverty line distribution;
- Educational rates of age / grade and age / completion in primary and middle term;
- Rates of gender in enrollment and completion of primary and secondary education;
- Enrollment rates in technical schools;
- Female participation in the labor market;
- Gender pay gap;
- Infant mortality rate;
- Proportion of admissions due to respiratory diseases in children under 5 years old;
- Maternal mortality;
- Proportion of types of deliveries assisted by health professionals;
- Tuberculosis case incidence rates;
- Proportion of areas covered by forests;
- Proportion of protected areas inside conservation units;
- Percentage of individual households with access to official urban water supply and sanitation;
- Percentage of urban area with access to solid waste collection;
- Percentage of area occupied by slums in the urban area of the municipalities;
- Percentage of households in slums in relation to the total urban households in the municipalities;
- Percentage of slums regularized in relation to total slums in the cities;
- Percentage of slums urbanized in relation to total slums in the cities;
- Percentage of regular housing produced through official programs for families with incomes up to 6 minimum wage in relation to total households in slums in the cities;

# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| ODM 1   ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME .....   | 11 |
| ODM 2   UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL.....  | 13 |
| ODM 3   PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES.....  | 18 |
| ODM 4   REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA.....   | 20 |
| ODM 5   MELHORAR A SAÚDE MATERNA .....   | 23 |
| ODM 6   COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS .....  | 25 |
| ODM 7   GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL .....  | 27 |
| ODM 9   ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO COMPERJ..... | 37 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....   | 48 |

## NOTA SOBRE O PROJETO GRÁFICO

Os coletivos humanos tendem a se organizar em torno de necessidades pontuais e efêmeras, o que torna o fenômeno urbano algo múltiplo, complexo e polifônico. O projeto gráfico elaborado procura reproduzir essa multiplicidade, que é a vida fervilhante dos coletivos, nas pinceladas irregulares e cheias de textura. Enquanto isso, aponta, nos quadrados transparentes e coloridos, para a disciplina do estudo presente, que procura, por meio de objetivos e indicadores, descobrir e ordenar padrões que norteiem o crescimento sustentável dos municípios estudados.

*Joana Lima, Marina Boechat e Rosa Benevento*  
Laboratório de Livre Criação  
Instituto de Arte e Comunicação Social - UFF



# ODM1

## ERRADICAR A EXTREMA POBREZA E A FOME

Jorge Nogueira de Paiva Britto<sup>1</sup>; Carlos E. Guanzirol<sup>2</sup>; Daniel Ribeiro<sup>3</sup>; Claudio Considera<sup>4</sup>; Leonardo Mulls<sup>5</sup>; Luciano Losekan<sup>6</sup>; Marco Vargas<sup>7</sup>; Alberto Di Sabbato<sup>8</sup>

**META 1A** Reduzir a um quarto, entre 2000 e 2012, a proporção da população com renda inferior a meio salário mínimo mensal, na região dos MIC.

Indicadores:

- Participação dos 20% mais pobres da população na renda dos municípios
- Distribuição das pessoas abaixo da linha da pobreza (entre os 10% mais pobres e os 1% mais ricos)

<sup>1</sup> Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF e Doutor em Economia.

<sup>2</sup> Professor Associado IV da Faculdade de Economia da UFF e Doutor em Economia.

<sup>3</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

<sup>4</sup> Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF e Doutor em Economia.

<sup>5</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

<sup>6</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

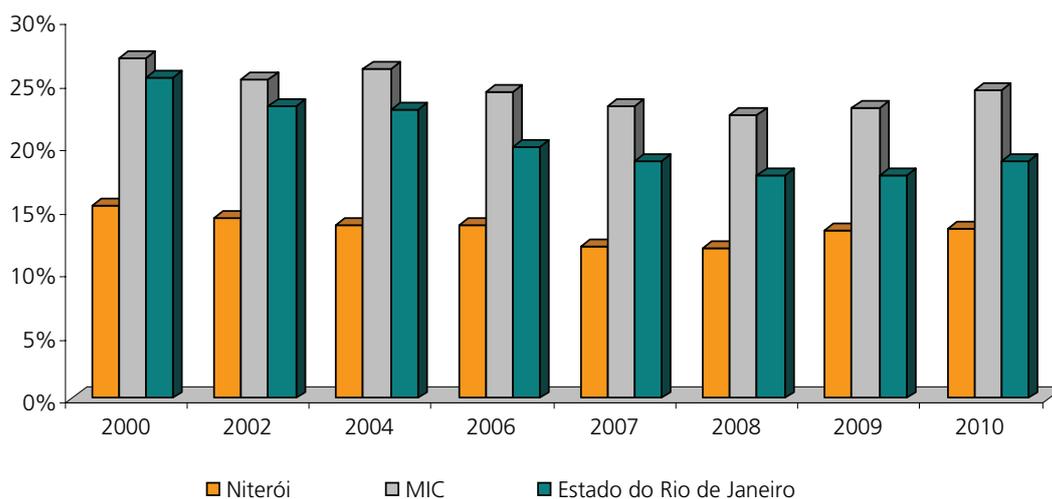
<sup>7</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF e Doutor em Economia.

<sup>8</sup> Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

O município de Niterói apresentou, durante o período analisado, uma proporção de domicílios abaixo da linha de pobreza menor do que a média do conjunto dos municípios influenciados pelo Comperj (MIC) e o Estado do Rio de Janeiro. Em relação aos demais municípios estudados (região dos MIC), Niterói registrou a primeira posição em termos de domicílios abaixo da linha de pobreza em 2000 (com 15,2%). Ou seja, foi o município que registrou o menor patamar de pobreza domiciliar neste ano. Já em 2010, Niterói ficou na terceira posição (com 13,5%) em termos de menor proporção de domicílios abaixo da linha de pobreza. Cabe ainda destacar que, no período 2000-2010, houve uma

queda de 1,7 ponto percentual neste indicador. Por outro lado, quando analisamos, para o ano de 2010, o percentual de pessoas existentes nos domicílios classificados com renda per capita abaixo da linha de pobreza (que equivale a 11,2% da população), verifica-se que o município de Niterói alcançou a meta de reduzir a pobreza de forma que a mesma não supere os 25% do total da população.

Percentual de domicílios abaixo da linha de pobreza (em %) entre 2000 e 2010



Fonte: IBGE.

**2**

**EDUCAÇÃO BÁSICA  
DE QUALIDADE PARA  
TODOS**

# ODM2

## **UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO PRIMÁRIA E AMPLIAR A COBERTURA DA EDUCAÇÃO MÉDIA E DA EDUCAÇÃO TÉCNICA PROFISSIONAL**

Jorge Nassim Vieira Najjar<sup>1</sup>; Flávia Monteiro de Barros Araújo<sup>2</sup>; Aline Javarini<sup>3</sup>

**META 3A** Garantir que, até 2012, as crianças de toda a região dos MIC, independentemente de cor/raça e sexo, concluam o ensino fundamental.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 6 a 14 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 6 a 14 anos de idade
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Fundamental
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Fundamental
- Taxa de gênero nas matrículas do Ensino Fundamental
- Taxa de gênero dos concluintes do Ensino Fundamental

**META 3B** Garantir a ampliação da cobertura no Ensino Médio, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de matrícula escolar líquida das pessoas de 15 a 17 anos, por grupos de idade e nível de ensino
- Taxa de matrícula escolar bruta das pessoas de 15 a 17 anos de idade
- Taxa de distorção idade / série no Ensino Médio
- Taxa de distorção idade / conclusão no Ensino Médio
- Taxa de gênero nas matrículas do Ensino Médio
- Taxa de gênero dos concluintes do Ensino Médio

**META 3C** Garantir a ampliação da cobertura na educação técnica profissional, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de matrícula do Ensino Técnico de nível médio, por dependência administrativa
- Taxa de matrícula do Ensino Técnico de nível médio por matrícula do ensino médio
- Taxa de matrícula escolar da educação profissional, segundo o eixo tecnológico, nos cursos técnico-profissionais de nível médio e nos cursos profissionais do Senai e do Senac
- Taxa de matrícula dos cursos do Centro de Integração do Comperj, segundo área profissional

<sup>1</sup> Doutor em educação; professor associado da Faculdade de Educação - UFF.

<sup>2</sup> Doutora em educação; professora adjunta da Faculdade de Educação - UFF.

<sup>3</sup> Mestranda em estudos da linguagem - UFF.

O município de Niterói é, entre os 11 pesquisados, o que apresenta o maior PIB e o maior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Quanto a este último índice, ocupa, inclusive, a terceira melhor posição entre todos os municípios do Brasil. Tal fato pode, em parte, ser explicado pela história deste município, que, até a fusão entre o então Estado da Guanabara e o Estado do Rio de Janeiro, ocorrida em 1975, era a capital deste último Estado.

Em termos dos indicadores educacionais, é Niterói também que, no geral, apresenta a melhor situação entre os municípios pesquisados. Vale destacar a história pioneira deste município frente à formação de professores, pois é nele que, em 4 de abril de 1835, é criada a primeira Escola Normal do Brasil, visando à formação de professores para a instrução primária (hoje denominada Instituto de Educação Professor Ismael Coutinho – IEPIC). É nele também que, em 1961, é criada a primeira universidade do então Estado do Rio de Janeiro, a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, posteriormente renomeada como Universidade Federal Fluminense,

que também tem grande participação na formação de professores para a Educação Básica.

Destacar a posição privilegiada de Niterói não deve, entretanto, nos fazer olvidar do muito que ainda é necessário fazer neste município para que possa ser nele cumprido o que é disposto nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Os indicadores educacionais trabalhados ao longo da pesquisa visam ajudar os gestores locais a visualizar com mais clareza a situação da educação no município e instrumentalizá-los para que possam desenvolver políticas capazes de superar os problemas ainda existentes.

Os indicadores relativos à matrícula líquida e bruta já apresentam questões que devem ter a atenção dos gestores. Quanto, por exemplo, à matrícula líquida no ensino fundamental, Niterói apresenta uma taxa, em 2010, de 37,41%, superior em mais de dois pontos percentuais à taxa de 2009, que era de 35,15%. Uma interpretação possível é positiva, pois a taxa desta matrícula, em Niterói, não só é maior do que a média dos Municípios de Influência do Comperj (os MIC tiveram taxa de 34,72% em

2010 e de 34,35% em 2009) e dos municípios do Estado do Rio de Janeiro (32,46% em 2010 e 32,04% em 2009), como cresceu em ritmo um pouco mais acelerado do que eles.

Entretanto, se tivermos em mente que a taxa de matrícula líquida ideal é de 100%, veremos que muito ainda precisa ser feito, principalmente na correção do fluxo escolar, pois esta taxa relaciona os alunos que cursam um determinado ano de escolaridade com a idade vista como adequada a ele com o total de alunos matriculados com aquela idade. Problemas no fluxo ficam claros ao observarmos que as piores taxas no ensino fundamental localizam-se no 8º e 9º anos de escolaridade, tanto em Niterói quanto na média dos MIC e do Estado do Rio de Janeiro.

No ensino médio, apesar da taxa de matrícula líquida ser mais elevada (em Niterói é de 47,79%), o mesmo alerta pode ser feito, em função da distância da taxa apresentada em relação à taxa de matrícula líquida ideal de 100%.

As taxas de distorção pesquisadas (idade/série e idade/conclusão) reforçam a preocupação com o fluxo es-

#### Taxa de Matrícula Escolar Líquida - Ensino Fundamental em Niterói, 2010

| Ano de Escolaridade    | Alunos na Idade Recomendada | Total de Alunos com Determinada Idade | Indicador      |
|------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|----------------|
| 1º (6 anos)            | 5.561                       | 5.083                                 | 109,40%        |
| 2º (7 anos)            | 5.681                       | 5.028                                 | 112,99%        |
| 3º (8 anos)            | 7.048                       | 5.257                                 | 134,07%        |
| 4º (9 anos)            | 6.912                       | 5.675                                 | 121,80%        |
| 5º (10 anos)           | 7.906                       | 6.511                                 | 121,43%        |
| 6º (11 anos)           | 8.795                       | 6.158                                 | 142,82%        |
| 7º (12 anos)           | 8.301                       | 6.255                                 | 132,71%        |
| 8º (13 anos)           | 7.196                       | 6.214                                 | 115,80%        |
| 9º (14 anos)           | 6.667                       | 6.292                                 | 105,96%        |
| <b>Total de Alunos</b> | <b>64.067</b>               | <b>52.473</b>                         | <b>122,10%</b> |

Fonte: INEP.

#### Taxa de Matrícula Escolar Líquida - Ensino Médio em Niterói, 2010

| Série                  | Alunos na Idade Recomendada | Total de Alunos com Determinada Idade | Indicador     |
|------------------------|-----------------------------|---------------------------------------|---------------|
| <b>1ª (15 anos)</b>    | 2.528                       | 2.606                                 | 97,01%        |
| <b>2ª (16 anos)</b>    | 2.196                       | 5.421                                 | 40,51%        |
| <b>3ª (17 anos)</b>    | 1.997                       | 6.037                                 | 33,08%        |
| <b>Total de Alunos</b> | <b>6.721</b>                | <b>14.064</b>                         | <b>47,79%</b> |

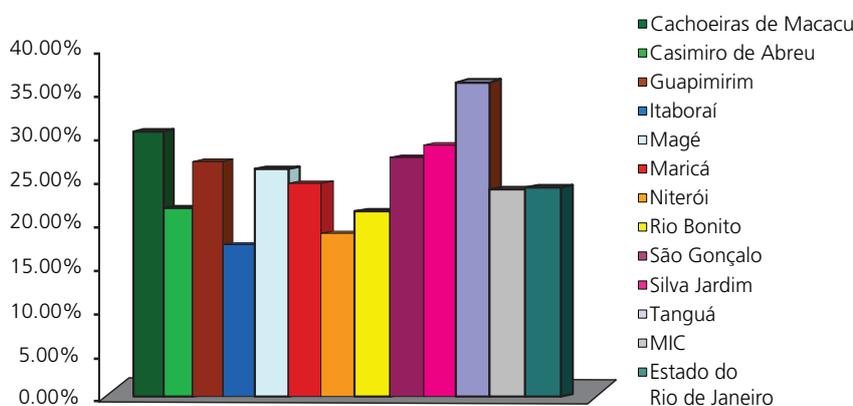
Fonte: INEP.

## Taxa de Distorção Idade/Série - Ensino Fundamental em Niterói, 2010

| Ano de escolaridade    | Alunos com idade acima da recomendada | Total de Alunos Matriculados | Indicador     |
|------------------------|---------------------------------------|------------------------------|---------------|
| 1º ano                 | 510                                   | 5.561                        | 9,17%         |
| 2º ano                 | 578                                   | 5.681                        | 10,17%        |
| 3º ano                 | 1.436                                 | 7.048                        | 20,37%        |
| 4º ano                 | 1.419                                 | 6.912                        | 20,53%        |
| 5º ano                 | 1.899                                 | 7.906                        | 24,02%        |
| 6º ano                 | 3.004                                 | 8.795                        | 34,16%        |
| 7º ano                 | 2.784                                 | 8.301                        | 33,54%        |
| 8º ano                 | 2.066                                 | 7.196                        | 28,71%        |
| 9º ano                 | 1.882                                 | 6.667                        | 28,23%        |
| <b>Total de Alunos</b> | <b>15.578</b>                         | <b>64.067</b>                | <b>24,32%</b> |

Fonte: INEP.

## Taxa de Distorção Idade/Conclusão - Ensino Fundamental nos MIC e no Estado do Rio de Janeiro, 2010



Fonte: INEP.

## Taxa de Distorção Idade/Série - Ensino Médio em Niterói, 2010

| Ano de escolaridade    | Alunos com idade acima da recomendada | Total de Alunos Matriculados | Indicador     |
|------------------------|---------------------------------------|------------------------------|---------------|
| <b>1ª Série</b>        | 3.109                                 | 8.873                        | 35,04%        |
| <b>2ª Série</b>        | 1.920                                 | 6.680                        | 28,74%        |
| <b>3ª Série</b>        | 1.514                                 | 5.805                        | 26,08%        |
| <b>Total de Alunos</b> | <b>6.543</b>                          | <b>21.358</b>                | <b>30,63%</b> |

Fonte: INEP.

colar. A distorção, idealmente, deveria ser inexistente (0%). Entretanto, Niterói apresenta uma taxa de distorção idade/série, no ensino fundamental, em 2010, de 24,32% e uma taxa de distorção idade/conclusão de 18,61%. Estes percentuais representam, respectivamente, o total de aluno com idade superior à vista como ideal à série que está cursando e o total de alunos que concluem o ensino fundamental também em idade superior àquela considerada ideal. São números significativos e preocupantes, embora sejam inferiores aos apresen-

tados pelos MIC (31,37% de distorção idade/série e 23,16% de distorção idade/conclusão, em 2010) e pelo Estado do Rio de Janeiro (28,00% de distorção idade/série e 23,71% de distorção idade/conclusão, em 2010).

No ensino médio, as taxas de distorção são ainda maiores. Em 2010, Niterói apresenta, para esta etapa de ensino, taxa de distorção idade/série de 30,63% e de idade/conclusão de 19,06%. Já os MIC apresentam taxa de distorção idade/série de 38,40% e de idade/conclusão de 32,33% e o Estado do Rio de Janeiro

apresenta taxa de distorção idade/série de 43,95% e de idade/conclusão de 36,20%. Apesar das taxas nesta etapa serem, em geral, altas, deve-se destacar que as taxas dos MIC e do RJ são bem superiores às do município de Niterói.

Vale a pena atentar que Niterói, tal como todos os municípios pesquisados, no ano de 2010, apresenta taxas de distorção elevadas no 6º ano de escolaridade do ensino fundamental, o que acaba provocando um gargalo no fluxo escolar. Isto se deve ao fato que este é o primeiro ano do 2º segmento do en-

## Taxa de Distorção Idade/Conclusão - Ensino Médio nos MIC e no Estado do Rio de Janeiro, 2010



Fonte: INEP.

## Taxa de Gênero nas Matrículas - Ensino Fundamental em Niterói, 2010

| Município              | Homens Matriculados | Mulheres Matriculadas | Indicador      |
|------------------------|---------------------|-----------------------|----------------|
| 1º ano                 | 2.923               | 2.638                 | 110,80%        |
| 2º ano                 | 2.946               | 2.735                 | 107,71%        |
| 3º ano                 | 3.729               | 3.319                 | 112,35%        |
| 4º ano                 | 3.525               | 3.387                 | 104,07%        |
| 5º ano                 | 4.092               | 3.814                 | 107,29%        |
| 6º ano                 | 4.597               | 4.198                 | 109,50%        |
| 7º ano                 | 4.101               | 4.200                 | 97,64%         |
| 8º ano                 | 3.478               | 3.718                 | 93,54%         |
| 9º ano                 | 3.131               | 3.536                 | 88,55%         |
| <b>Total de Alunos</b> | <b>32.522</b>       | <b>31.545</b>         | <b>103,10%</b> |

Fonte: INEP.

## Taxa de Gênero dos Concluintes - Ensino Fundamental nos MIC e no Estado do Rio de Janeiro, 2010

| Município                       | Homens Matriculados | Mulheres Matriculadas | Indicador     |
|---------------------------------|---------------------|-----------------------|---------------|
| Cachoeiras de Macacu            | 139                 | 209                   | 66,51%        |
| Casimiro de Abreu               | 168                 | 204                   | 82,35%        |
| Guapimirim                      | 164                 | 236                   | 69,49%        |
| Itaboraí                        | 1.047               | 1.442                 | 72,61%        |
| Magé                            | 1.146               | 1.604                 | 71,45%        |
| Maricá                          | 462                 | 568                   | 81,34%        |
| Niterói                         | 2.033               | 2.400                 | 84,71%        |
| Rio Bonito                      | 235                 | 338                   | 69,53%        |
| São Gonçalo                     | 2.650               | 3.405                 | 77,83%        |
| Silva Jardim                    | 51                  | 104                   | 49,04%        |
| Tanguá                          | 84                  | 79                    | 106,33%       |
| <b>MIC</b>                      | <b>8.179</b>        | <b>10.589</b>         | <b>77,24%</b> |
| <b>Estado do Rio de Janeiro</b> | <b>65.019</b>       | <b>80.103</b>         | <b>81,17%</b> |

Fonte: INEP.

sino fundamental, no qual as crianças se deparam, normalmente, com novas disciplinas e com uma nova forma de organização do trabalho pedagógico (um número maior de professores, por exemplo). Dessas mudanças têm derivado altos níveis de reprovação. Cabe apontar, nesse sentido, que no geral o segundo segmento do ensino fundamental (que vai do sexto ao nono ano) apresenta uma distorção maior do que a do primeiro segmento.

Merece também atenção o fato de as taxas de distorção virem apresentando uma tendência de baixa. Niterói apresentou no ensino fundamental, por exemplo, uma distorção idade/série em 2000 de 29,16%, em 2005 de 27,88% e em 2010 de 24,32%, tendo diminuído em quase cinco pontos percentuais esta taxa, no período de dez anos.

Quanto às taxas de gênero, ao analisarmos de forma conjunta tanto as referentes ao ensino fundamental quanto as relativas ao ensino médio, entre os alunos matriculados e os concluintes, podemos identificar um claro processo de exclusão dos jovens do sexo masculino da escolarização (não do acesso à escola, mas da possibilidade de nela permanecer e concluir com êxito as etapas de ensino). Nos MIC e nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, em geral, enquanto as matrículas no ensino fundamental mostram a presença de um número de meninos um pouco maior do que de meninas, os concluintes desta etapa de ensino são majoritariamente do sexo feminino.

Em Niterói, a taxa de gênero dos matriculados no ensino fundamental, em 2010, é de 103,10%, enquanto a dos concluintes desta etapa de ensino é de 84,71%. Já no ensino médio, a taxa entre os matriculados é de 87,42% e entre os concluintes é de 80,45%. Nota-se que as taxas acima de 100% correspondem a uma preponderância de meninos, enquanto as abaixo de 100% indicam a preponderância de meninas. Nos MIC e nos municípios do Estado do Rio de Janeiro, a discrepância de gênero encontrada na análise dessas taxas é ainda maior.

Assim, este indicador nos aponta uma inequívoca existência de proces-

## Taxa de Gênero nas matrículas - Ensino Médio em Niterói, 2010

| Ano de escolaridade    | Homens Matriculados | Mulheres Matriculadas | Indicador     |
|------------------------|---------------------|-----------------------|---------------|
| 1º ano                 | 4.272               | 4.601                 | 92,85%        |
| 2º ano                 | 3.083               | 3.597                 | 85,71%        |
| 3º ano                 | 2.607               | 3.198                 | 81,52%        |
| <b>Total de Alunos</b> | <b>9.962</b>        | <b>11.396</b>         | <b>87,42%</b> |

Fonte: INEP.

tos sociais que levam os alunos do sexo masculino a terem maior dificuldade para concluir os ensinos fundamental e médio. É primordial que os gestores locais fiquem atentos a este quadro e desenvolvam políticas focais para revertê-lo.

Finalmente, quanto à educação técnica profissional, Niterói é um dos sete municípios do MIC que possuem cursos técnicos em nível médio. De fato, este município é o que concentra o maior número de matrículas nesta modalidade de ensino, pois, em 2010, possuía 4.895 do total de 8.439 matrículas desta modalidade na região (58%). Dessas matrículas, 57,01% eram em escolas estaduais e 42,99% em escolas privadas.

Vale destacar que o indicador que relaciona as matrículas em cursos técnicos em nível médio com o total de matrículas do nível médio mostra uma taxa para Niterói, em 2010, de 22,76%, ou seja, cerca de um quarto dos matriculados nesta etapa de ensino o são em cursos técnicos. É um número bem expressivo, se levarmos em consideração que esta taxa é de 10,39% na média dos sete municípios do MIC que possuem estes cursos.

Quanto aos cursos técnicos oferecidos pelo Senai e pelo Senac, deve-se notar que somente os municípios de Niterói e de São Gonçalo possuem filiais dessas instituições. Em Niterói, a matrícula nestes cursos está concentrada, especialmente, em três eixos tecnológicos: Gestão e Negócios (23,10% dos matriculados); Ambiente, Saúde e Segurança (21,19%); e Controle e Processos Industriais (20,27%).

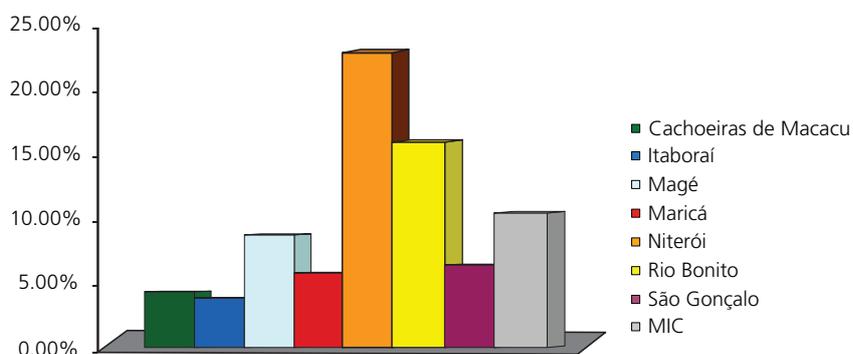
Embora possua indicadores elevados se comparado aos outros municípios pesquisados, Niterói, para dar con-

## Taxa de Gênero dos Concluintes - Ensino Médio nos MIC e no Estado do Rio de Janeiro, 2010

| Município                       | Homens Concluintes | Mulheres Concluintes | Indicador     |
|---------------------------------|--------------------|----------------------|---------------|
| Cacheiras de Macacu             | 114                | 269                  | 42,38%        |
| Casimiro de Abreu               | 112                | 194                  | 57,73%        |
| Guapimirim                      | 61                 | 158                  | 38,61%        |
| Itaboraí                        | 512                | 1.072                | 47,76%        |
| Magé                            | 655                | 1.113                | 58,85%        |
| Maricá                          | 308                | 486                  | 63,37%        |
| Niterói                         | 1.913              | 2.378                | 80,45%        |
| Rio Bonito                      | 182                | 299                  | 60,87%        |
| São Gonçalo                     | 1.473              | 2.767                | 53,23%        |
| Silva Jardim                    | 24                 | 69                   | 34,78%        |
| Tanguá                          | 23                 | 48                   | 47,92%        |
| <b>MIC</b>                      | <b>5.377</b>       | <b>8.853</b>         | <b>60,74%</b> |
| <b>Estado do Rio de Janeiro</b> | <b>41.374</b>      | <b>66.110</b>        | <b>62,58%</b> |

Fonte: INEP.

## Taxa de Matrícula - Ensino Profissionalizante nos MIC, 2010



\* Municípios com Ensino Médio Integrado, onde alguns alunos estarão representados em ambos os níveis de ensino.

Fonte: INEP.

ta das inúmeras demandas por mão de obra qualificada decorrentes da implantação do Comperj, necessita elevar a oferta e a variedade de cursos técnicos em nível médio. Para isso, a ação efetiva do Governo Federal e do Governo Estadual é imprescindível.



# ODM3

## PROMOVER A IGUALDADE ENTRE OS SEXOS E A AUTONOMIA DAS MULHERES

Jorge Nogueira de Paiva Britto<sup>1</sup>; Carlos E. Guanzirol<sup>2</sup>; Daniel Ribeiro<sup>3</sup>; Claudio Considera<sup>4</sup>; Leonardo Mulls<sup>5</sup>; Luciano Losekan<sup>6</sup>; Marco Vargas<sup>7</sup>; Alberto Di Sabbato<sup>8</sup>

### META 4B

Reduzir pela metade a defasagem salarial entre gêneros até 2012, na região dos MIC.

Indicadores:

- Participação feminina no mercado formal de trabalho e no perfil de trabalhadores admitidos e desligados
- Diferencial de remuneração por gênero e grau de instrução para diferentes setores de atividade

<sup>1</sup> Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF e Doutor em Economia.

<sup>2</sup> Professor Associado IV da Faculdade de Economia da UFF e Doutor em Economia.

<sup>3</sup> Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Doutor em Economia.

<sup>4</sup> Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF e Doutor em Economia.

<sup>5</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia e Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

<sup>6</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia e Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

<sup>7</sup> Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF e Doutor em Economia.

<sup>8</sup> Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia e Diretor da Faculdade de Economia.

Em 2010, o percentual de mulheres no mercado de trabalho formal no município de Niterói foi de 37,3%, o oitavo maior percentual observado entre os Municípios de Influência do Comperj (MIC), que, em conjunto, registraram uma participação feminina de 37,2%. Em termos comparativos, a região dos MIC apresentou um patamar de mulheres no mercado formal de trabalho inferior ao observado no Estado do Rio de Janeiro (40,1%) e no Brasil (41,5%). Entre 2000-2010, a participação feminina no mercado de trabalho formal de Niterói cresceu em 1,8 ponto percentual, enquanto os aumentos observados

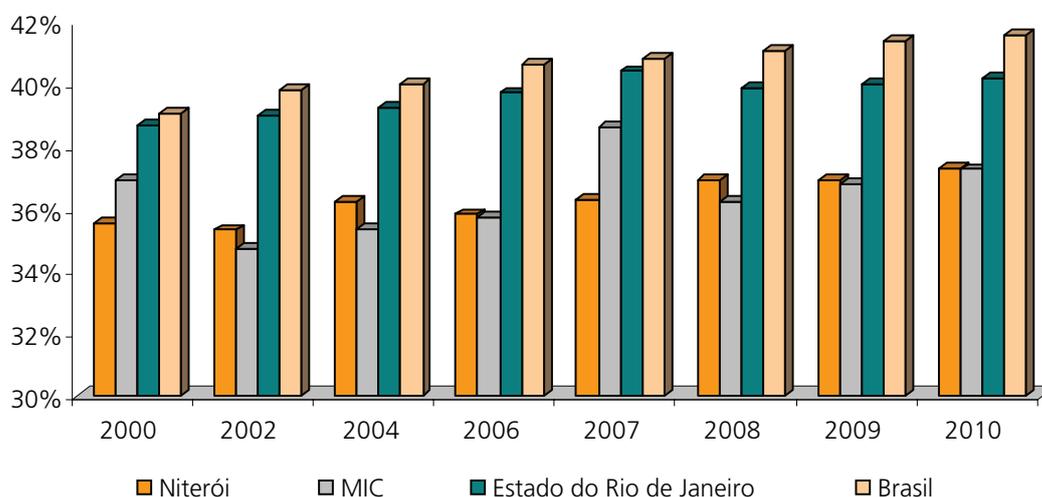
nos MIC, no Estado do Rio de Janeiro e no Brasil, foram de 0,4, 1,5 e 2,5 pontos percentuais.

Quanto ao diferencial de remuneração feminina no município de Niterói, observa-se que, em 2010, o valor do mesmo (84,0%) era superior ao observado para os MIC, 82,6%, para o Estado do Rio de Janeiro (80,6%) e para o Brasil (82,6%). Na média dos MIC, aquele município ocupava a oitava posição em termos de diferencial de participação feminina. Entre 2000 e 2010, o diferencial de remuneração feminina aumentou em 2,8 pontos percentuais naquele município,

enquanto na região dos MIC houve um aumento de 2,3 pontos percentuais. Em contraste, o Estado do Rio de Janeiro e o Brasil registraram quedas de 2,2 e 1,8 pontos percentuais no diferencial entre as remunerações femininas e masculinas.

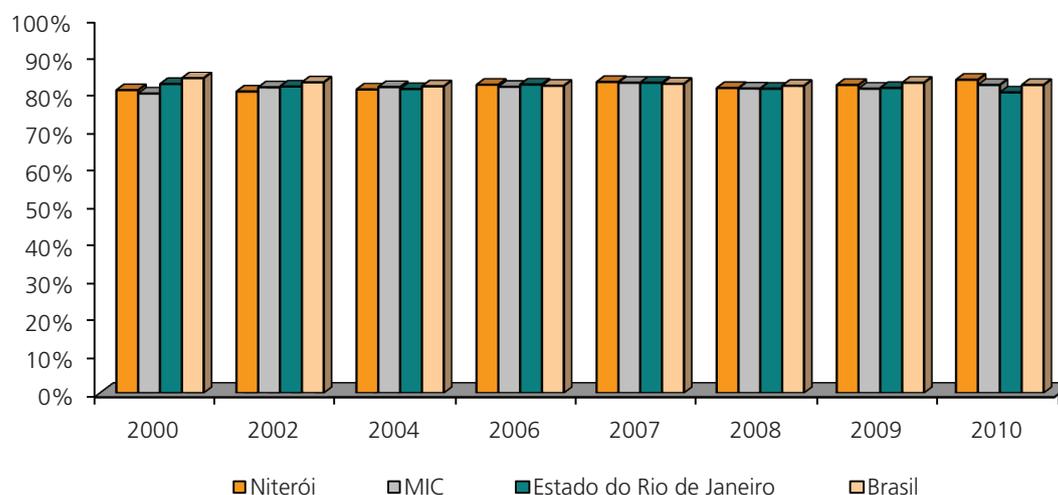
Cabe ainda destacar, de acordo com a meta de reduzir a defasagem salarial entre gêneros pela metade até 2012, que o município de Niterói deveria apresentar um hiato de renda entre homens e mulheres de no máximo 9,4%, no entanto, o município apresentou o resultado de 16%, ou seja, não atingiu a meta e piorou a disparidade.

Percentual de mulheres no mercado formal de trabalho (em %) entre 2000 e 2010

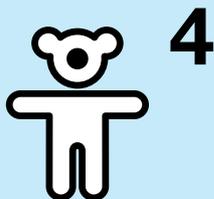


Fonte: RAIS (MTE); CAGED (MTE).

Diferencial de remuneração feminina (em %) entre 2000 e 2010



Fonte: RAIS (MTE).



**REDUZIR A  
MORTALIDADE INFANTIL**

# ODM4

## REDUZIR A MORTALIDADE NA INFÂNCIA

Sandra Costa Fonseca<sup>1</sup>; Hélia Kawa<sup>2</sup>; Márcia Lait Morse<sup>3</sup>; Edna Massae Yokoo<sup>4</sup>

---

**META 5A** Reduzir em dois terços, entre 2000 e 2012, a mortalidade de crianças menores de cinco anos, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de mortalidade em menores de cinco anos e mortalidade proporcional entre menores de cinco anos, segundo grupos de causas
- Taxa de Mortalidade Infantil (TMI) e mortalidade proporcional segundo grupos de causas e grupos de idade (0 a 6 dias, 7 a 27 dias, 28 a 364 dias)
- Proporção de internações por doenças respiratórias em menores de cinco anos

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup> Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde da Criança e da Mulher do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

<sup>4</sup> Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

Neste ODM destaca-se o indicador referente à mortalidade infantil, que estima o risco de morte dos nascidos vivos durante o primeiro ano de vida, e a proporção de internação por doenças respiratórias em menores de 5 anos. De um modo geral, esses indicadores expressam o desenvolvimento socioeconômico, o acesso e a qualidade dos recursos disponíveis para atenção à saúde da criança, assim como podem ser marcadores de mudanças ambientais.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), valores inferiores a 20 óbitos infantis por mil nascidos vivos são considerados baixos. Entre 20 e 49 são considerados intermediários, e valores superiores a 50 são elevados. Altas taxas de mortalidade infantil refle-

tem, de maneira geral, baixos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico, e precária assistência ao parto e ao puerpério.

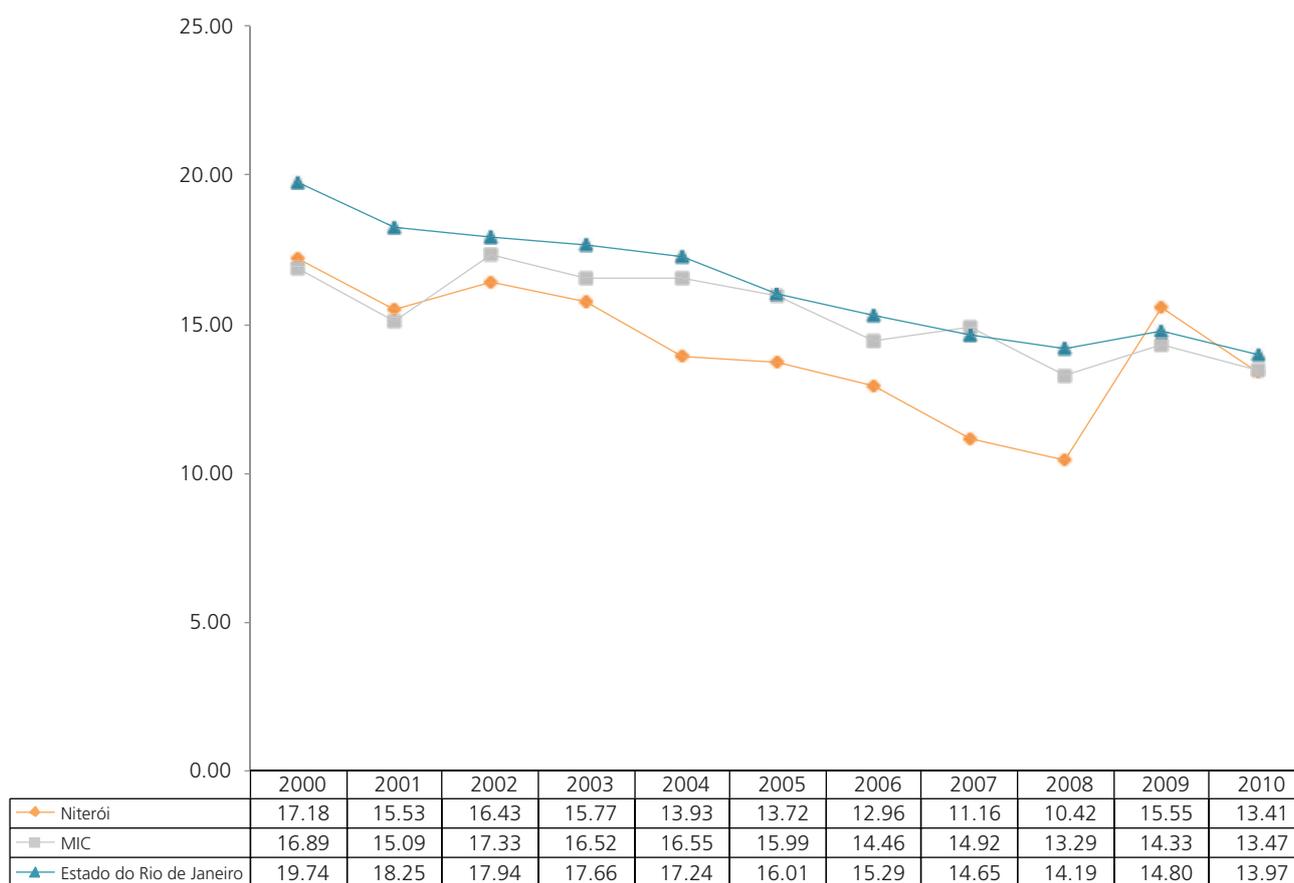
Quanto às internações por doenças respiratórias em menores de 5 anos, a avaliação mais recente identificou doença respiratória como causa de 40% das internações da rede SUS, na idade de 1 a 4 anos, em todo o Brasil. Em grupos mais vulneráveis, pode ser responsável por 50% das internações.

No município de Niterói, a taxa de mortalidade infantil (TMI) no ano de 2010 é baixa (13,4 por mil nascidos vivos), levando-se em conta os índices propostos pela OMS, e ligeiramente abaixo da TMI da região de influência do Comperj (13,47 por mil nascidos

vivos) e do Estado do Rio de Janeiro (13,9). Deve ser ressaltado que, em 2009, após um período de queda importante, a TMI teve um aumento, atingindo 15,5 por mil nascidos vivos. Em 2010, foram contabilizados 80 óbitos infantis em Niterói, sendo predominante o componente neonatal (68%). A taxa de mortalidade neonatal em 2010 foi 9,1 por mil nascidos vivos.

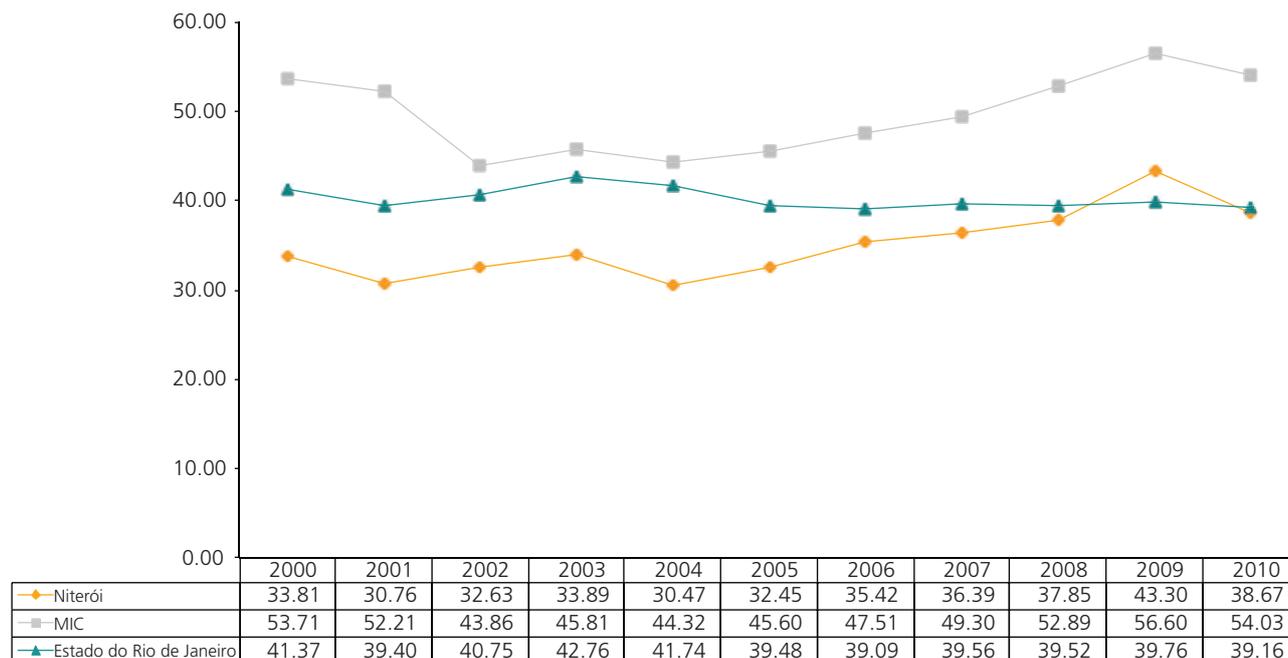
Analisando a série histórica (2000-2010) para a região de influência do Comperj, é nítida a tendência descendente do indicador, assim como para o Estado do Rio de Janeiro, que, no período, reduziu em 30% a taxa de mortalidade infantil.

Taxa de Mortalidade Infantil (por 1.000 nascidos vivos) entre 2000 e 2010



Fonte: SIM/SINASC/DATASUS.

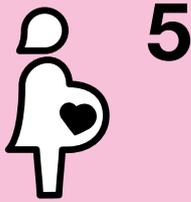
## Internações (%) por doenças respiratórias em menores de cinco anos entre 2000 e 2010



Fonte: SIH-SUS/DATASUS.

O indicador percentual de internações por infecção respiratória foi aferido por meio do total de internações em menores de cinco anos de idade em relação ao total de internações por todas as causas, neste mesmo grupo etário para cada ano da série histórica. O município de Niterói, em 2010, apresentou um índice de 38,67% abaixo da região de influência do Comperj (54,03%) e da média estadual (39,16%). Analisando-se a série histórica de 2000 a 2010, detecta-se uma tendência ascendente na segunda metade do período neste

município. Na região de influência do Comperj, o indicador se mantém mais alto do que no Estado do Rio de Janeiro em todo o período. Ressalta-se a importância das doenças respiratórias na morbidade da população infantil, sendo frequente causa de atendimentos ambulatoriais e emergenciais, além de contribuir para a mortalidade pós-neonatal.



MELHORAR A SAÚDE  
DAS GESTANTES

# ODM5

## MELHORAR A SAÚDE MATERNA

Sandra Costa Fonseca<sup>1</sup>; Hélia Kawa<sup>2</sup>; Márcia Lait Morse<sup>3</sup>; Edna Massae Yokoo<sup>4</sup>

**META 6A** Reduzir em três quartos, entre 2000 e 2012, a taxa de mortalidade materna na região dos MIC.

Indicadores:

- Razão de mortalidade materna e proporção de óbitos maternos segundo grupo de causas
- Proporção de tipos de partos (cesárea) assistidos por profissionais de saúde
- Percentual de pré-natal adequado: mulheres com sete ou mais consultas

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup> Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Saúde da Criança e da Mulher do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

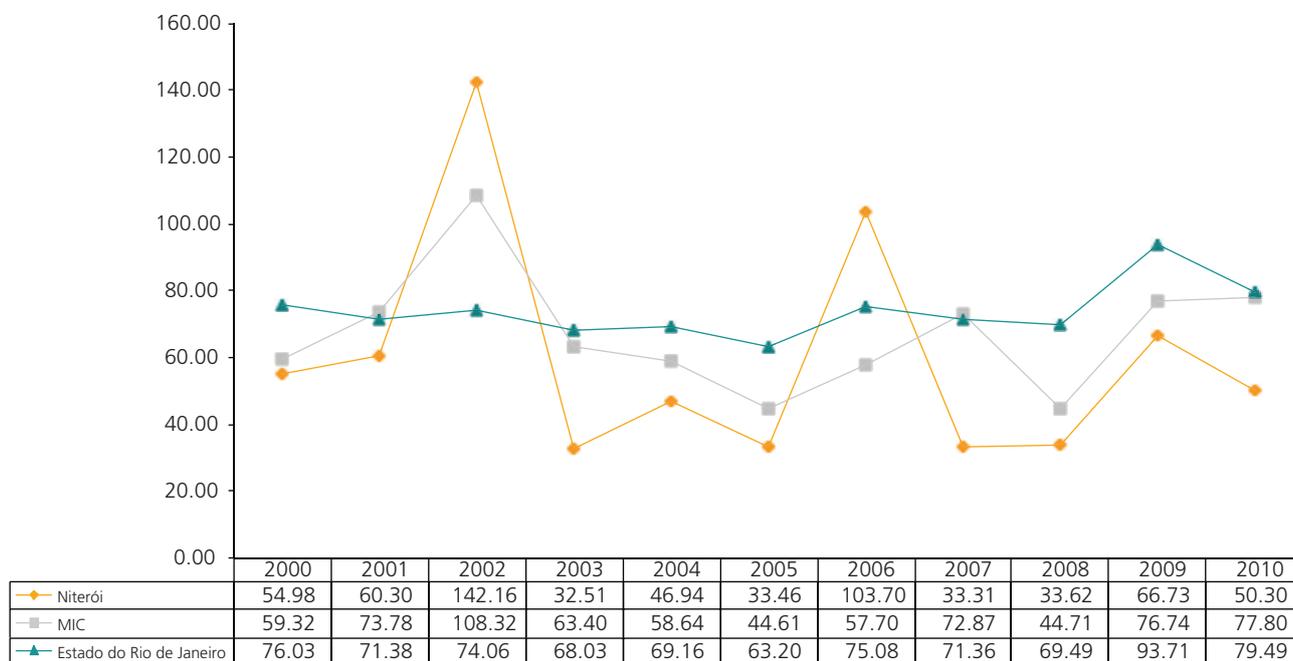
<sup>4</sup> Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

A mortalidade materna pode ser considerada um excelente indicador de saúde, relacionado não somente às mulheres, mas ao conjunto da população, refletindo importantes desigualdades sociais em saúde e, especificamente, a qualidade da assistência à saúde da mulher. A Razão de Mortalidade Materna (RMM) é calculada dividindo o número de óbitos maternos por cada 100 mil nascidos vivos. A RMM alta está associada à baixa qualidade na prestação de serviços de saúde durante os períodos da gravidez e de resguardo após o nascimento (puerpério), contribuindo na avaliação dos níveis de saúde e de desenvolvimento socioeconômico de uma região.

O município de Niterói apresentou, em 2010, uma razão de mortalidade materna de 50,30 por 100 mil nascidos vivos, sendo esta RMM mais baixa do que a do Estado do Rio de Janeiro (79,49 por 100 mil nascidos vivos) e do

que a observada na região de influência do Comperj (77,80 por 100 mil nascidos vivos). Ainda assim, o indicador está além do tolerável pela OMS, em torno de 6 a 20 por 100 mil nascidos vivos. Deve ser lembrado que este é um indicador muito suscetível à subnotificação e são contabilizadas neste relatório apenas as mortes maternas declaradas. Predominaram, neste ano, as causas indiretas (70%). Analisando a série histórica de 2000 a 2010 para o município de Niterói, não se pode falar de tendência. No entanto, deve ser ressaltado que o indicador se refere a um evento raro, e mesmo em regiões populosas, valores erráticos são esperados. Na região de influência do Comperj, o indicador, apesar de mais baixo do que no Estado do Rio de Janeiro na maior parte do período estudado, não mostra tendência de queda. No Estado o indicador segue elevado e estagnado, sem perspectiva de atingir a meta de redução.

Razão de Mortalidade Materna (por 100.000 nascidos vivos) entre 2000 e 2010



Fonte: SIM/SINASC/DATASUS.



6

**COMBATER A AIDS,  
A MALÁRIA E OUTRAS  
DOENÇAS**

# ODM6

## COMBATER O HIV/AIDS, A MALÁRIA E OUTRAS DOENÇAS

Hélia Kawa<sup>1</sup>; Andréa Sobral de Almeida<sup>2</sup>; Sandra Costa Fonseca<sup>3</sup>; Waldemir Paixão Vargas<sup>4</sup>; Edna Massae Yokoo<sup>5</sup>

---

**META 7A** Até 2012, reduzir a incidência de tuberculose, na região dos MIC.

Indicador:

- Taxa de incidência de tuberculose

**META 7B** Até 2012 reduzir a incidência de AIDS

Indicador:

- Taxa de incidência de AIDS

**META 8A** Até 2012, reduzir a incidência de dengue, hepatite A e hanseníase, na região dos MIC.

Indicadores:

- Taxa de incidência de dengue
- Taxa de incidência de hepatite A
- Taxa de detecção de hanseníase

<sup>1</sup> Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

<sup>2</sup> Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

<sup>3</sup> Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

<sup>4</sup> Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense.

<sup>5</sup> Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

A tuberculose é considerada um problema de saúde pública prioritário no Brasil. Apesar de ser uma doença grave, a conduta terapêutica adequada possibilita a cura de praticamente todos os casos novos.

No país, são registrados aproximadamente oitenta mil casos novos por ano e cerca de cinco a seis mil óbitos por tuberculose. A enfermidade se constitui na nona causa de internações por doenças infecciosas no país, ocupando o sétimo lugar em gastos com internação do Sistema Único de Saúde (SUS) por doenças infecciosas, sendo ainda a quarta causa de mortalidade entre as doenças infecciosas (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

O município de Niterói apresentou grande variabilidade na taxa de incidência de tuberculose no período analisado (2000-2010), com médias acima dos 80 casos por 100 mil habitantes. Contudo, nos intervalos de 2001 a 2003 e 2004 a 2008, nota-se uma tendência descendente da taxa, variando de 159,15 – 112,51 e 126,47 – 80,98 casos por 100 mil habitantes, respectivamente. Ressalta-se que o ano de 2001 registrou a maior taxa da série histórica (159,15

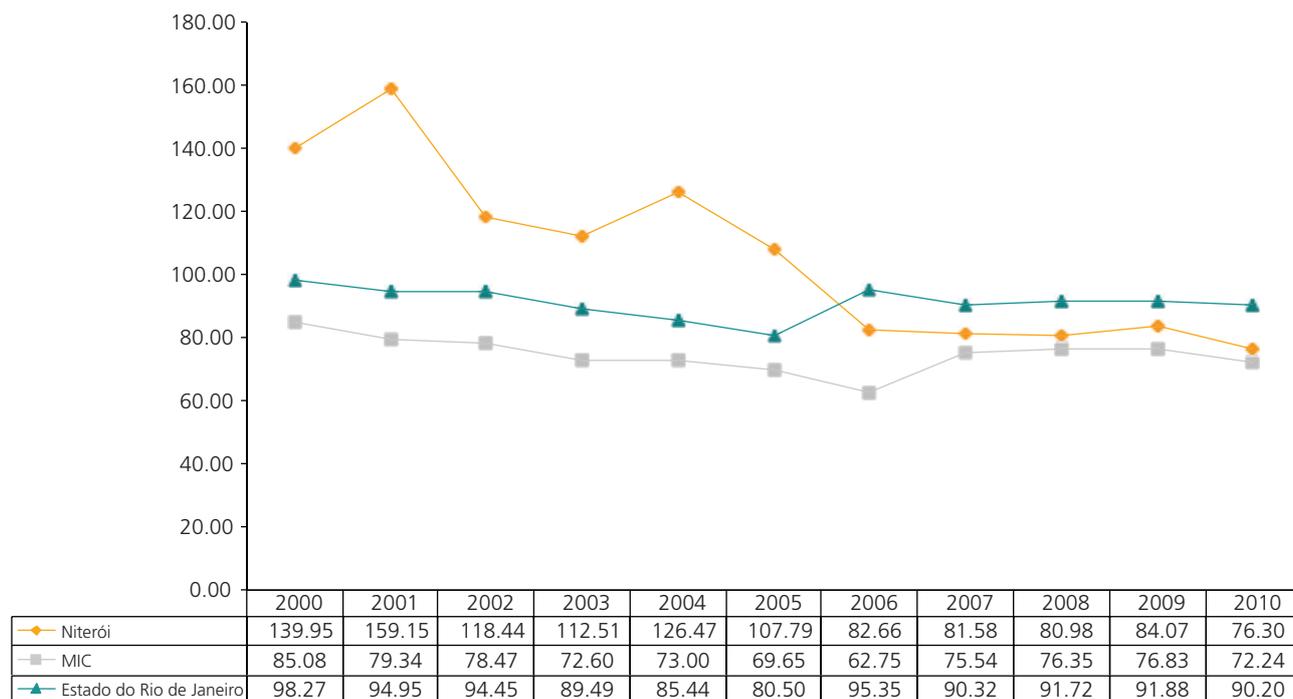
casos por 100 mil habitantes). E que a região de influência do COMPERJ (85,08 casos por 100 mil habitantes) e o Estado do Rio de Janeiro (98,27 casos por 100 mil habitantes) apresentaram os maiores índices em 2000.

Em 2007, Niterói (81,58 casos por 100 mil habitantes) apresentou taxa de incidência de tuberculose abaixo do valor registrado no Estado (90,32 casos por 100 mil habitantes) e acima do conjunto dos MIC (75,54 por 100 mil habitantes). Neste ano, foram computados 391 casos de tuberculose para o município, concentrando quase 23% dos casos da região de influência do Comperj (1.717 casos). Entretanto, ao comparar os índices obtidos nesse ano com os de 2006, observa-se que a taxa municipal (82,66 casos por 100 mil habitantes) e a média do Estado em 2006 (95,35 casos por 100 mil habitantes) foram superiores, enquanto que a média da região (62,75 casos por 100 mil habitantes) foi inferior. Já em 2008, este indicador foi mais elevado na região (76,35 casos por 100 mil habitantes) e no Estado (91,72 casos por 100 mil habitantes), quando comparado ao período de 2007, apresentando uma ligeira queda na média

do município (80,98 casos por 100 mil habitantes). Em 2009, tanto a taxa de incidência do município (84,07 casos por 100 mil habitantes), como os índices da área de influência do Comperj e Estado tiveram taxas superiores, quando comparadas aos três anos anteriores da série (2006 a 2008). Já em 2010, nota-se redução tanto nas taxas do município (76,30 casos por 100 mil habitantes), quanto na média da área de influência do Comperj (72,24 casos por 100 mil habitantes) e Estado (90,20 casos por 100 mil habitantes).

Na série analisada, observa-se, de um modo geral, declínio nas taxas de incidência por tuberculose no município de Niterói. Até 2005, as taxas superaram as observadas no Estado e nos MIC. A partir deste período, os índices declinam e passam a se situar abaixo da taxa de incidência do Estado, mas ainda acima daquelas verificadas nos MIC, apontando, mais uma vez, para a relevância da endemia no município.

Taxa de Incidência de Tuberculose (por 100.000 habitantes) entre 2000 e 2010



Fonte: SINAN/DATASUS.



**QUALIDADE DE VIDA  
E RESPEITO AO MEIO  
AMBIENTE**

# ODM7

## GARANTIR A SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Meta 9: Eduardo Manuel Rosa Bulhões<sup>1</sup>; Raul Sanchez Vicens<sup>2</sup>; Guilherme Borges Fernandez<sup>3</sup>

Meta 10: Eloisa Helena Barcelos Freire<sup>4</sup>; Regina Bienenstein<sup>5</sup>; Nathur Duarte Pereira Junior<sup>6</sup>, João Victor Meirelles<sup>7</sup>

Meta 11: Regina Bienenstein<sup>8</sup>; Daniela Amaral<sup>9</sup>; Natália Coelho de Oliveira<sup>10</sup>; Sylvia Pinheiro<sup>11</sup>; Thiago Amorim<sup>12</sup>

Imagens: Rafael Drumond<sup>13</sup>; Rafaela Carvalho<sup>14</sup>; Ulises Rodrigo<sup>15</sup>

**META 9** Integrar os princípios do desenvolvimento sustentável nas políticas e programas e reverter a perda de recursos naturais, na região dos MIC.

Indicadores:

- Proporção de áreas cobertas por florestas
- Proporção das áreas protegidas em unidades de conservação

**META 10** Reduzir em 20%, até 2012, os domicílios sem acesso às redes gerais de água e de esgoto e à coleta de resíduos sólidos, na região dos MIC.

Indicadores:

- Percentual de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de água e à rede de esgoto nos MIC
- Percentual de área urbana com acesso à coleta de resíduos sólidos nos MIC

1 Geógrafo. Professor Adjunto do Departamento de Geografia, Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional, Universidade Federal Fluminense.

2 Geógrafo. Professor Adjunto do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense.

3 Geógrafo. Professor Adjunto do Departamento de Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense.

4 Engenheira Civil, Mestre em Engenharia Civil, Pesquisadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense.

5 Professora Titular do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense, Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

6 Graduando em Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Universidade Federal Fluminense.

7 Graduando em Engenharia de Recursos Hídricos e Meio Ambiente da Universidade Federal Fluminense.

8 Professora Titular do Departamento de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Coordenadora do Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense, Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

9 Arquiteta e Urbanista, Mestre em Gestão e Planejamento Urbano pela Universidade Federal Fluminense, Pesquisadora associada ao Núcleo de Estudos e Projetos Habitacionais e Urbanos da Universidade Federal Fluminense e Assistente de Pesquisa no Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos para a América Latina e o Caribe - ONU-HABITAT.

10 Pós-graduanda em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ.

11 Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense.

12 Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense.

13 Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.

14 Graduanda em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.

15 Graduando em Geografia pela Universidade Federal Fluminense.

**META 11** Até 2012, ter alcançado uma melhora significativa na vida de, pelo menos, 10% dos habitantes de assentamentos precários que moram na região dos MIC

Indicadores:

- Percentual da área ocupada por assentamentos precários em relação à área urbana, por município na região dos MIC
- Percentual de domicílios em assentamentos precários em relação ao total de domicílios urbanos, por município na região dos MIC
- Percentual de domicílios regularizados em assentamentos precários em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, na região dos MIC
- Percentual de assentamentos precários urbanizados (água potável, esgotamento sanitário adequado, coleta de lixo doméstico e vias calçadas) em relação ao total de assentamentos precários, por município na região dos MIC
- Percentual de moradias regulares produzidas por meio de programas oficiais para famílias com renda até seis salários mínimos em relação ao total de domicílios em assentamentos precários, por município na região dos MIC

As características fisiográficas do município de Niterói se destacam pela ocorrência de maciços costeiros e planícies fluvio-marinhas ou costeiras. As áreas de maciços representam o relevo escarpado do município, enquanto nas áreas de baixada se desenvolvem os ambientes deposicionais. As áreas florestadas remanescentes se distribuem apenas nas áreas de relevo com gradientes mais elevados, ou seja, nas áreas dos maciços costeiros. As áreas de planície se encontram fortemente pressionadas pela urbanização, porém ainda são registradas ocorrências de cobertura florestal.

Em relação ao Índice determinado a partir do cálculo das áreas de florestas remanescentes sobre a área do município, observou-se que, entre os anos de 2005 e 2009, as variações foram sutis.

No ano de 2000, o município de Niterói possuía 17,3% de seu território protegidos por Unidades de Conservação de Proteção Integral.

#### Índice de Áreas Naturais remanescentes (2005, 2008 e 2009)

| Ano  | Índice das Áreas Naturais em Niterói |
|------|--------------------------------------|
| 2005 | 0,45                                 |
| 2008 | 0,43                                 |
| 2009 | 0,45                                 |

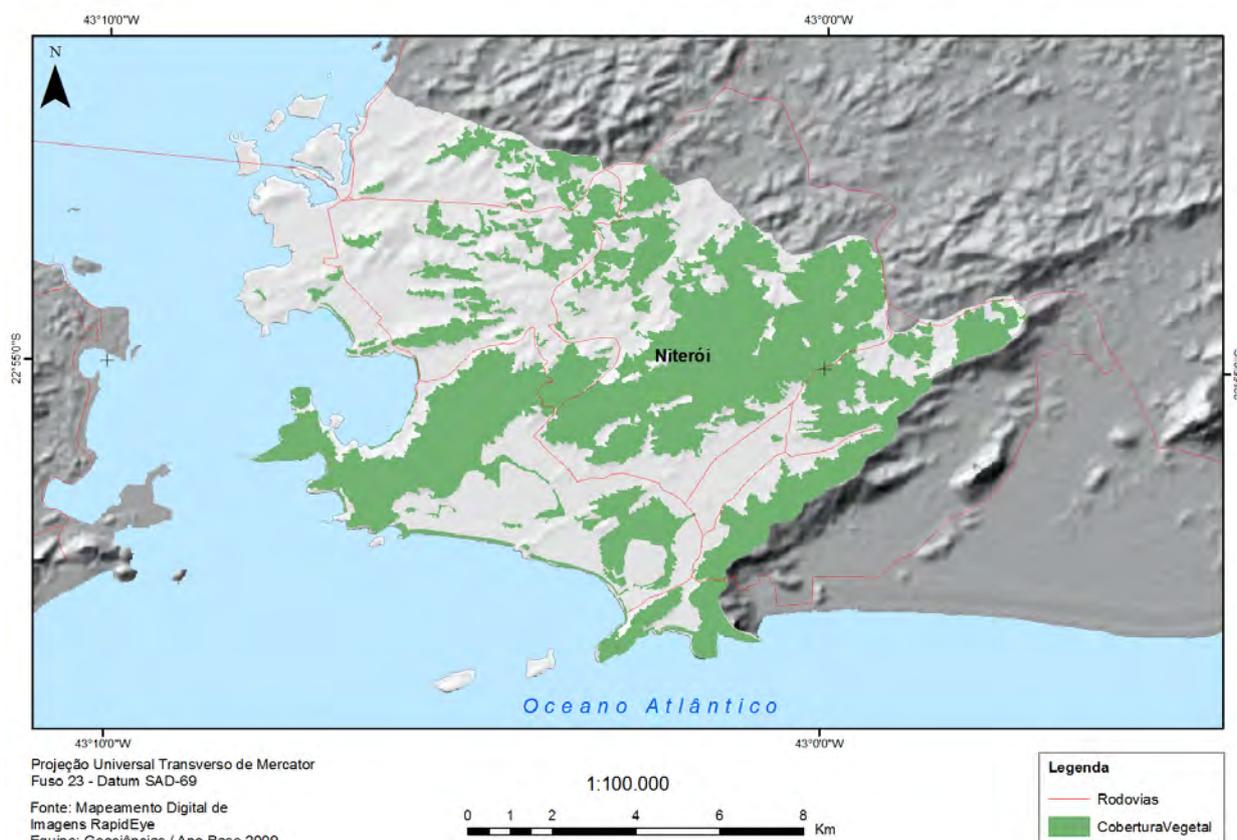
Fonte: Elaboração Equipe do Instituto de Geociências da UFF.

#### Varição em Km<sup>2</sup> dos usos determinados (2005, 2008 e 2009)

| Niterói   |       |       |       |
|---|-------|-------|-------|
| Classes de Uso                                  | 2005  | 2008  | 2009  |
| Culturas diversas                               | 0,00  | 0,00  | 0,00  |
| Florestas                                       | 54,22 | 52,57 | 55,36 |
| Formações pioneiras                             | 2,76  | 2,79  | 3,08  |
| Gramíneas ou coberturas herbáceas               | 3,27  | 3,86  | 5,26  |
| Refúgios vegetacionais ou comunidades relíquias | 3,25  | 2,52  | 2,40  |
| Áreas urbanas                                   | 61,46 | 63,70 | 61,74 |

Fonte: Elaboração Equipe do Instituto de Geociências da UFF.

#### Cobertura Florestal, ano-base 2009



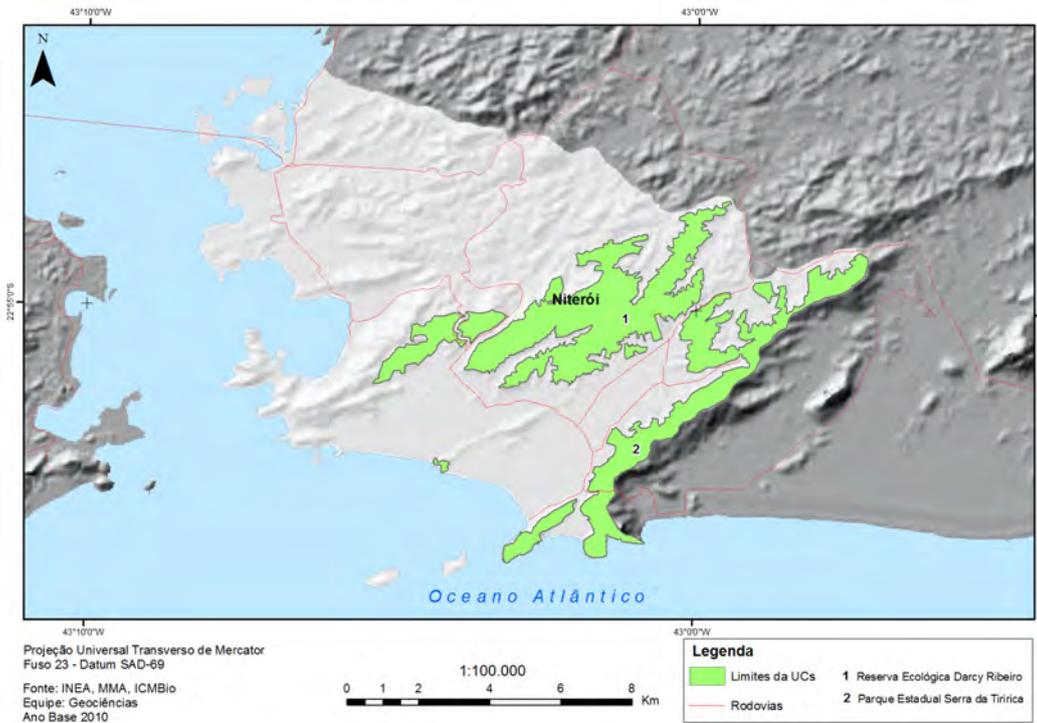
Fonte: Elaboração Equipe do Instituto de Geociências da UFF.

Estas unidades são representadas pelo Parque Estadual da Serra da Tiririca, situado na porção leste de Niterói, limite com o município de Maricá, a Reserva Darcy Ribeiro e o Monumento Natural da Praia do Sossego. As Unidades de

Conservação municipais apresentam uma série de problemas ligados ao crescimento desordenado e à especulação imobiliária, além da falta de estrutura e de instrumentos como plano de manejo, que garantiriam sua preservação.

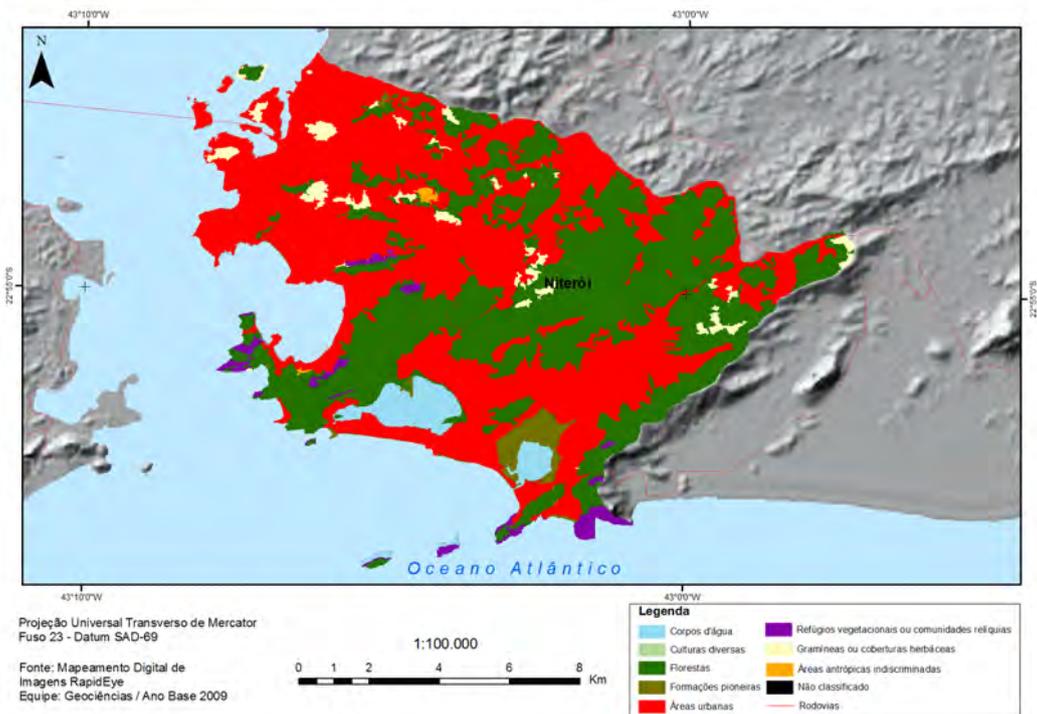
Não houve incremento na área protegida no período até o ano de 2010, o que resultou na manutenção do valor do indicador em 0,173. O mapa ilustra a posição dessas unidades de conservação no município.

Unidades de Conservação de Proteção Integral, ano-base 2010



Fonte: Elaboração Equipe do Instituto de Geociências da UFF.

Uso e Cobertura do Solo, ano-base 2009



Fonte: Elaboração Equipe do Instituto de Geociências da UFF.

A população total do município de Niterói em 2000 era de 459.451 habitantes, tendo passado para 487.562 habitantes no ano de 2010, isto é, apresentando um crescimento de 6,12%, portanto, ainda inferior ao observado no conjunto dos MIC (13,94%).

Em relação à Meta 10 A, o município, em 2006, já havia ultrapassado sua Meta de 82,67%, tendo apresentado um aumento de 50,70% no número de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso a rede de água, no período 2000-2010, bem maior do que o crescimento do número de domicílios particulares permanentes urbanos (19,34%). Cabe ressaltar que as discrepâncias dos dados de 2006 e 2010 são devidas a Concessionária Águas de Niterói, apresentar um número maior de domicílios particulares permanentes urbanos do que o IBGE. Mas foi considerado que a porcentagem de atendimento se encontra próximo da totalidade dos domicílios.

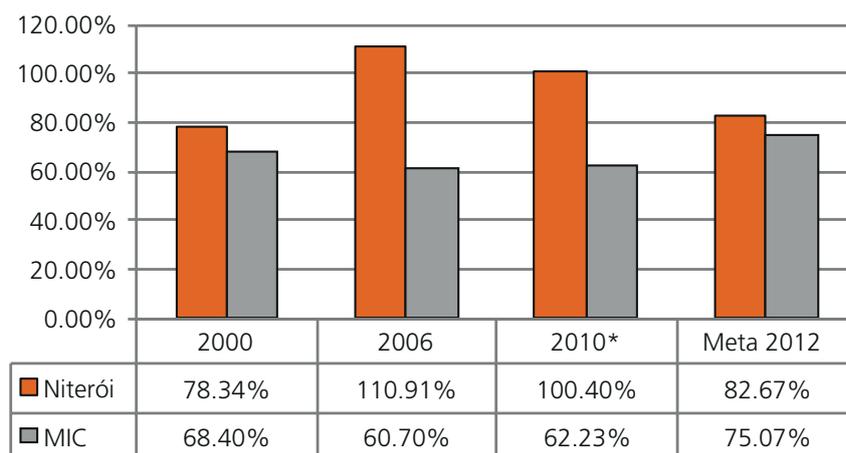
O município é abastecido pelo sistema Imunana-Laranjal, operado pela Companhia Estadual de Água e Esgoto (Cedae). Através do canal artificial de Imunana, situado no município de Guapimirim, a água bruta é captada e bombeada até a Estação de Tratamento de Água (ETA) Laranjal, em São Gonçalo. Do volume total de água tratada pela ETA Laranjal, 1.800 litros por segundo são destinados para o município de Niterói.

Cabe ressaltar que os municípios de Niterói e São Gonçalo não têm bacias de drenagem dentro de seus limites que poderiam suprir suas demandas de água, dependendo exclusivamente dos mananciais dos municípios de Guapimirim e Cachoeiras de Macacu.

Em 2010, Niterói apresentava o maior índice de domicílios particulares permanentes urbanos com acesso à rede de esgoto (80,45%), percentual muito superior ao observado no conjunto dos MIC (19,76%), mostrando que o município já superou sua Meta (78,44%).

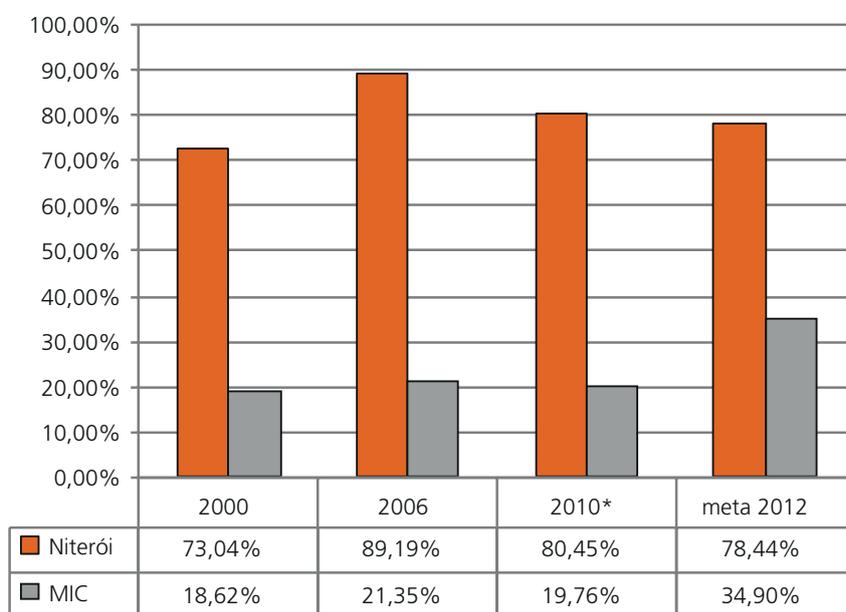
Em relação à Meta 11, Niterói apresentava o maior número de Assentamentos Precários (AP) dentre os MIC. Em seu território foram identificados em 2000, 87 assentamentos precários, número que se manteve em

#### Abrangência da Rede de Abastecimento de Água, 2000, 2006, 2010 e meta 2012



Fonte: IBGE/ Águas de Niterói/ SNIS\* e Elaboração Equipe Urbanismo NEPHUI UFF, 2012.

#### Abrangência da Rede Coletora de Esgoto 2000, 2006, 2010 e meta 2012



Fonte: IBGE/ Águas de Niterói e Elaboração Equipe Urbanismo NEPHUI UFF, 2012.

até 2010. A área ocupada por esses AP correspondia a 13,03%, e 13,84%, respectivamente em 2000, 2009 e 2010, da área urbanizada do município, percentual muito superior à média dos MIC (5,54% em 2010).

Eles se localizam principalmente nas regiões das Praias da Baía, Pendotiba e Norte, as duas primeiras com predominância de classe média e média alta. Os assentamentos mais antigos e consolidados estão na Região das Praias da Baía e na Norte, já os maiores em área ocupada, se situam na Região de Pendotiba. Os assentamentos mais recentes e com maior taxa de crescimento, encontram-se na Região Oceânica, principal zona

de expansão urbana do município, valorizada pelo capital imobiliário e onde estão situados 29 AP. Nessas regiões de ocupação das classes de maiores rendas, os assentamentos, seguindo o padrão brasileiro de urbanização, ocupam áreas desfavoráveis e frágeis.

O sistema de coleta e tratamento de esgoto de Niterói é composto por sete Estações de Tratamento de Esgoto (ETE), a saber:

- ETE Icarai: Trata 975 l/s e atende aos bairros de Boa Viagem, Charitas, Cubango, Icarai, Ingá, Santa Rosa, São Francisco e Vital Brazil. Com sistema de tratamento primário quimicamente assistido, a estação lança os dejetos no

emissário submarino de Icaraí. Aliada ao emissário, a ETE Icaraí forma um sistema de tratamento a nível secundário. Recebe cerca de 250 m<sup>3</sup> de chorume por dia pela Rede Coletora de Chorume do Aterro Sanitário do Morro do Céu.

- ETE Mocanguê: Localizada na Baía de Guanabara, trata os efluentes da Base Naval e tem vazão de 30 l/s.

- ETE Itaipu: Tem capacidade para tratar 110 l/s e é responsável pelo tratamento do esgoto produzido nos bairros de Itaipu, Itacoatiara e Engenho do Mato. Executa tratamento em nível terciário e seu sistema é complementado por 125 km de rede coletora, além de 28 elevatórias.

- ETE Toque-Toque: Foi implantada originalmente com vazão de 220 l/s para atender à Zona Central da cidade e

à parte da Zona Norte. Posteriormente foi ampliada, passando a ter capacidade para 400 l/s. É uma estação de tratamento de esgoto vertical do Brasil, realizando tratamento em nível secundário, com redução de 90% da carga orgânica dos dejetos.

- ETE Jurujuba: Processa uma vazão média de 20 l/s, com capacidade mensal superior a 100 milhões de litros. A estação atende a seis mil moradores do bairro, por meio do tratamento biológico em nível secundário, removendo mais de 90% da carga orgânica poluente, com um processo de degradação orgânica.

- ETE Barreto: Atende aos bairros Barreto e Engenhoca e tem capacidade de tratar 110 l/s, beneficiando cerca de 50 mil pessoas.

- ETE Cambinhas: Tem vazão de 110 l/s e atende a 35 mil pessoas dos bairros de Piratininga, Cambinhas, Jacaré, Cafubá e Jardim Imbui. Realiza tratamento de esgoto em nível terciário que reduz em até 95% o despejo de carga orgânica no meio ambiente. O sistema incluiu a implantação de 120 km de rede coletora de esgoto, 25 elevatórias e seis mil ligações domiciliares na Região Oceânica.

Em relação à Meta 11, Niterói apresentava o maior número de Assentamentos Precários (AP) dentre os MIC. Em seu território foram identificados em 2000, 87 assentamentos precários, número que se manteve em até 2010. A área ocupada por esses AP correspondia a 13,03%, 13,34% e 13,88%, respectivamente em 2000,

Área e número de domicílios em Assentamentos Precários (AP), entre 2000 e 2010

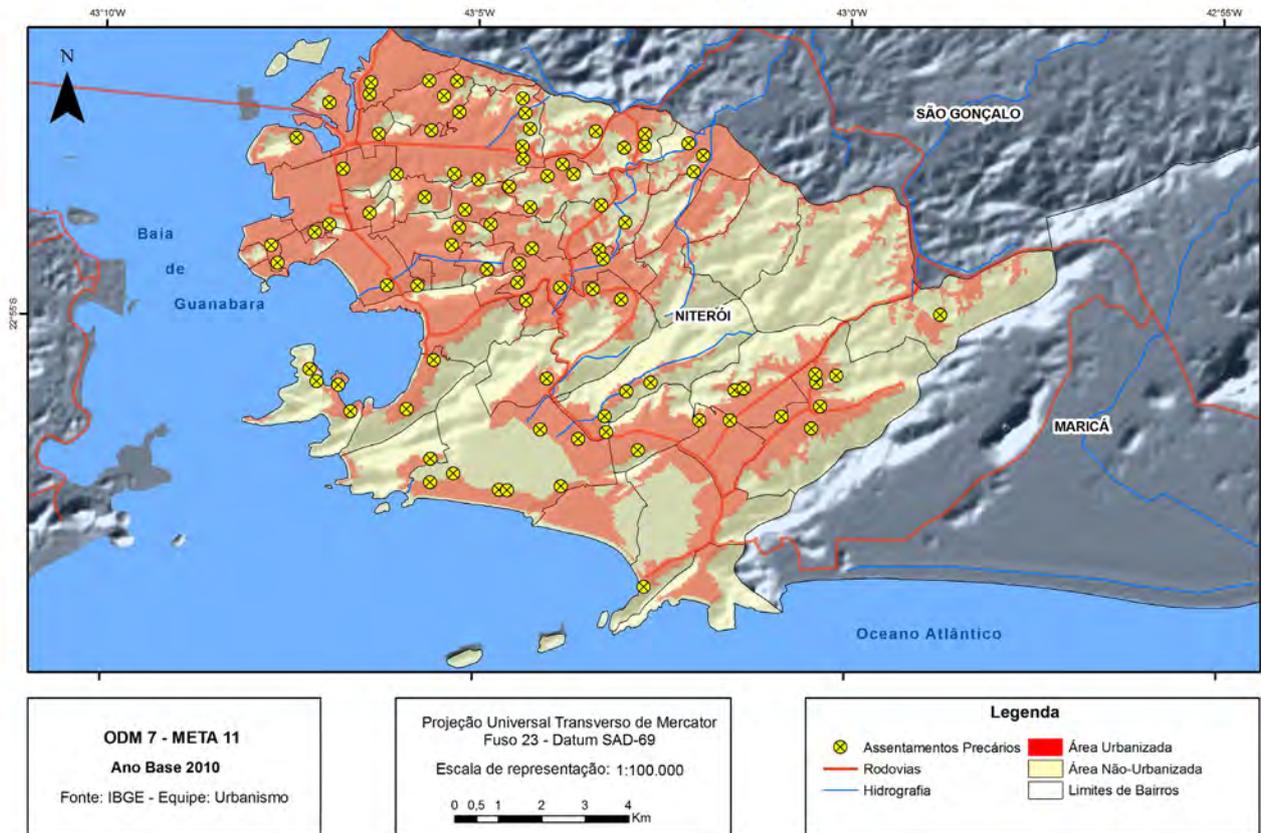
| Assentamento                        | Localização     | Área de AP (km <sup>2</sup> ) |       |                       | Nº Domicílios |       |                       |
|-------------------------------------|-----------------|-------------------------------|-------|-----------------------|---------------|-------|-----------------------|
|                                     |                 | 2000                          | 2010  | Crescimento 2000-2010 | 2000          | 2010  | Crescimento 2000-2010 |
| 1. Av. Acúrsio Torres               | Piratininga     | 0,031                         | 0,034 | <b>11,64%</b>         | 140           | 223   | <b>59,29%</b>         |
| 2. Badu / Mato Grosso               | Badú            | 0,125                         | 0,142 | <b>13,78%</b>         | 408           | 578   | <b>41,67%</b>         |
| 3. Beira da Lagoa                   | Piratininga     | 0,004                         | 0,004 | <b>-10,06%</b>        | 23            | 24    | <b>4,35%</b>          |
| 4. Beira da Lagoa II                | Piratininga     | 0,003                         | 0,003 | <b>0,00%</b>          | 19            | 22    | <b>15,79%</b>         |
| 5. Boa Vista / Serrão / Juca Branco | São Lourenço    | 0,357                         | 0,369 | <b>3,33%</b>          | 1.606         | 1.758 | <b>9,46%</b>          |
| 6. Cacilda Ouro                     | Engenho do Mato | 0,004                         | 0,004 | <b>4,61%</b>          | 12            | 39    | <b>225,00%</b>        |
| 7. Caixa d'Água                     | Fonseca         | 0,179                         | 0,188 | <b>4,82%</b>          | 639           | 742   | <b>16,12%</b>         |
| 8. Capim Melado                     | Ititioca        | 0,100                         | 0,104 | <b>4,24%</b>          | 373           | 430   | <b>15,28%</b>         |
| 9. Colônia de Pescadores            | Itaipú          | 0,026                         | 0,026 | <b>-1,96%</b>         | 67            | 151   | <b>125,37%</b>        |
| 10. Comunidade da Rua 76            | Engenho do Mato | 0,008                         | 0,007 | <b>-8,72%</b>         | 15            | 49    | <b>226,67%</b>        |
| 11. Comunidade do Badu              | Matapaca        | 0,053                         | 0,078 | <b>46,33%</b>         | 140           | 243   | <b>73,57%</b>         |
| 12. Comunidade do Sabão             | São Lourenço    | 0,018                         | 0,020 | <b>9,39%</b>          | 111           | 201   | <b>81,08%</b>         |
| 13. Cova da Onça                    | Baldeador       | 0,023                         | 0,029 | <b>26,31%</b>         | 125           | 147   | <b>17,60%</b>         |
| 14. Engenho do Mato                 | Engenho do Mato | 0,033                         | 0,042 | <b>27,69%</b>         | 63            | 125   | <b>98,41%</b>         |
| 15. Fazenda do Cafubá               | Piratininga     | 0,047                         | 0,047 | <b>-0,72%</b>         | 325           | 367   | <b>12,92%</b>         |
| 16. Fazendinha                      | Badú            | 0,019                         | 0,019 | <b>1,73%</b>          | 59            | 85    | <b>44,07%</b>         |
| 17. Fazendinha I                    | Serra Grande    | 0,002                         | 0,002 | <b>39,86%</b>         | 11            | 29    | <b>163,64%</b>        |
| 18. Fazendinha II                   | Serra Grande    | 0,018                         | 0,020 | <b>12,70%</b>         | 20            | 124   | <b>520,00%</b>        |

|  |                         |       |       |                |       |       |                |
|--|-------------------------|-------|-------|----------------|-------|-------|----------------|
| 19. Goiabão  | Maravista               | 0,003 | 0,004 | <b>28,07%</b>  | 15    | 20    | <b>33,33%</b>  |
| 20. Iate Clube Piratininga                         | Piratininga             | 0,022 | 0,020 | <b>-8,41%</b>  | 50    | 107   | <b>114,00%</b> |
| 21. Jacaré II                                      | Jacaré                  | 0,010 | 0,010 | <b>0,00%</b>   | 45    | 78    | <b>73,33%</b>  |
| 22. Jardim Alvorada                                | Viçoso Jardim           | 0,226 | 0,234 | <b>3,52%</b>   | 534   | 703   | <b>31,65%</b>  |
| 23. Jerônimo Afonso                                | Fonseca                 | 0,017 | 0,016 | <b>-6,93%</b>  | 118   | 144   | <b>22,03%</b>  |
| 24. Lagoinha/ Biquinha                             | Caramujo/ Viçoso Jardim | 0,208 | 0,221 | <b>6,12%</b>   | 504   | 983   | <b>95,04%</b>  |
| 25. Mangueirão                                     | Engenho do Mato         | 0,009 | 0,015 | <b>59,54%</b>  | 27    | 83    | <b>207,41%</b> |
| 26. Martins Torres                                 | Santa Rosa              | 0,073 | 0,076 | <b>4,40%</b>   | 201   | 234   | <b>16,42%</b>  |
| 27. Morro Bela Vista                               | Caramujo/ Sapé          | 0,058 | 0,060 | <b>2,67%</b>   | 183   | 332   | <b>81,42%</b>  |
| 28. Morro da Cocada                                | Badú                    | 0,074 | 0,068 | <b>-8,80%</b>  | 308   | 371   | <b>20,45%</b>  |
| 29. Morro da Cotia                                 | Icaraí                  | 0,004 | 0,004 | <b>0,00%</b>   | 59    | 65    | <b>10,17%</b>  |
| 30. Morro da Igrejinha                             | São Lourenço            | 0,030 | 0,029 | <b>-3,03%</b>  | 142   | 181   | <b>27,46%</b>  |
| 31. Morro da Ilha da Conceição                     | Ilha da Conceição       | 0,102 | 0,102 | <b>0,09%</b>   | 522   | 637   | <b>22,03%</b>  |
| 32. Morro da Luz                                   | Maravista               | 0,024 | 0,020 | <b>-19,49%</b> | 102   | 171   | <b>67,65%</b>  |
| 33. Morro da Penha                                 | Ponta da Areia          | 0,108 | 0,118 | <b>8,96%</b>   | 557   | 707   | <b>26,93%</b>  |
| 34. Morro do Africano / Viradouro / União          | Viradouro               | 0,173 | 0,179 | <b>3,59%</b>   | 451   | 534   | <b>18,40%</b>  |
| 35. Morro do Arroz / Chácara                       | Centro                  | 0,048 | 0,052 | <b>7,49%</b>   | 331   | 338   | <b>2,11%</b>   |
| 36. Morro do Atalaia                               | Ititioca                | 0,375 | 0,449 | <b>19,48%</b>  | 993   | 1.474 | <b>48,44%</b>  |
| 37. Morro do Beltrão                               | Santa Rosa              | 0,188 | 0,206 | <b>9,53%</b>   | 564   | 590   | <b>4,61%</b>   |
| 38. Morro do Bomfim                                |                         | 0,194 | 0,195 | <b>0,24%</b>   | 583   | 807   | <b>38,42%</b>  |
| 39. Morro do Bonsucesso****                        | Piratininga             | 0,089 | 0,093 | <b>3,78%</b>   | 519   | 558   | <b>7,51%</b>   |
| 40. Morro do Bumba                                 | Viçoso Jardim           | 0,132 | 0,186 | <b>40,24%</b>  | 293   | 254   | <b>-13,31%</b> |
| 41. Morro do Cafubá / Caniçal                      | Cafubá                  | 0,091 | 0,091 | <b>0,74%</b>   | 297   | 438   | <b>47,47%</b>  |
| 42. Morro do Cantagalo                             | Cantagalo               | 0,067 | 0,114 | <b>71,70%</b>  | 309   | 574   | <b>85,76%</b>  |
| 43. Morro do Caranguejo                            | Largo da Batalha        | 0,043 | 0,048 | <b>12,77%</b>  | 253   | 321   | <b>26,88%</b>  |
| 44. Morro do Castro                                | Fonseca                 | 0,054 | 0,055 | <b>2,93%</b>   | 128   | 155   | <b>21,09%</b>  |
| 45. Morro do Cavalão / Vital Brasil / Souza Soares | Icaraí/ Vital Brasil    | 0,341 | 0,373 | <b>9,29%</b>   | 1.128 | 1.518 | <b>34,57%</b>  |
| 46. Morro do Céu                                   | Caramujo/ Viçoso Jardim | 0,395 | 0,401 | <b>1,45%</b>   | 704   | 908   | <b>28,98%</b>  |
| 47. Morro do Estado                                | Centro/ Ingá            | 0,124 | 0,126 | <b>1,77%</b>   | 1.290 | 1.324 | <b>2,64%</b>   |
| 48. Morro do Holofote                              | Barreto                 | 0,082 | 0,080 | <b>-1,91%</b>  | 287   | 370   | <b>28,92%</b>  |
| 49. Morro do Jacaré I                              | Jacaré                  | 0,006 | 0,009 | <b>43,37%</b>  | 13    | 29    | <b>123,08%</b> |
| 50. Morro do Maceió                                | Maceio                  | 0,130 | 0,184 | <b>41,77%</b>  | 391   | 445   | <b>13,81%</b>  |
| 51. Morro do Morcego                               | Jurujuba                | 0,007 | 0,007 | <b>0,00%</b>   | 19    | 50    | <b>163,16%</b> |
| 52. Morro do Palácio                               | Ingá                    | 0,076 | 0,083 | <b>9,49%</b>   | 429   | 540   | <b>25,87%</b>  |
| 53. Morro do Pau Ferro                             | Jurujuba                | 0,026 | 0,027 | <b>3,27%</b>   | 170   | 217   | <b>27,65%</b>  |

|                                      |                        |              |              |                |               |               |                |
|--------------------------------------|------------------------|--------------|--------------|----------------|---------------|---------------|----------------|
| 54. Morro do Sapê / Santa Bárbara    | Santa Barbara          | 0,020        | 0,025        | <b>24,94%</b>  | 83            | 101           | <b>21,69%</b>  |
| 55. Morro do Saraiva                 | Viçoso Jardim/ Fonseca | 0,119        | 0,129        | <b>8,05%</b>   | 340           | 451           | <b>32,65%</b>  |
| 54. Morro dos Marítimos/ São José    | Engenhoca/ Barreto     | 0,358        | 0,364        | <b>1,61%</b>   | 1.282         | 1.448         | <b>12,95%</b>  |
| 55. Morro Fátima                     | Pé Pequeno             | 0,052        | 0,061        | <b>18,34%</b>  | 283           | 294           | <b>3,89%</b>   |
| 56. Morro Lara Vilela                | São Domingos           | 0,020        | 0,021        | <b>5,13%</b>   | 131           | 173           | <b>32,06%</b>  |
| 57. Morro Lazareto                   | Jurujuba               | 0,063        | 0,059        | <b>-6,34%</b>  | 409           | 463           | <b>13,20%</b>  |
| 58. Morro Loteamento Vila Verde      | Jacaré                 | 0,021        | 0,041        | <b>90,67%</b>  | 86            | 170           | <b>97,67%</b>  |
| 59. Morro Monan Pequeno              | Cantagalo              | 0,030        | 0,033        | <b>11,08%</b>  | 163           | 266           | <b>63,19%</b>  |
| 60. Morro Nova Brasília              | Fonseca                | 0,143        | 0,143        | <b>-0,15%</b>  | 652           | 925           | <b>41,87%</b>  |
| 61. Morro Preventório                | Jurujuba               | 0,274        | 0,275        | <b>0,29%</b>   | 1.028         | 1.330         | <b>29,38%</b>  |
| 62. Morro Salina / Peixe Galo        | Jurujuba               | 0,066        | 0,075        | <b>14,80%</b>  | 277           | 318           | <b>14,80%</b>  |
| 63. Morro União / Igreja / Grota     | Cachoeira              | 0,542        | 0,550        | <b>1,35%</b>   | 1.572         | 1.857         | <b>18,13%</b>  |
| 64. Não Identificado 01              | -                      | 0,065        | 0,057        | <b>-11,45%</b> | 100           | 178           | <b>78,00%</b>  |
| 65. Não Identificado 02              | -                      | 0,231        | 0,270        | <b>17,20%</b>  | 597           | 916           | <b>53,43%</b>  |
| 66. Palmeiras                        | Piratininga            | 0,006        | 0,008        | <b>19,52%</b>  | 41            | 59            | <b>43,90%</b>  |
| 67. Pátio Leopoldina (São Francisco) | São Francisco          | 0,013        | 0,012        | <b>-8,88%</b>  | 60            | 105           | <b>75,00%</b>  |
| 68. Pátio Lepoldina                  | Barreto                | 0,109        | 0,121        | <b>11,78%</b>  | 240           | 460           | <b>91,67%</b>  |
| 69. Patio Lepoldina II/ Maruí Grande | Barreto                | 0,105        | 0,117        | <b>11,75%</b>  | 625           | 891           | <b>42,56%</b>  |
| 70. Praça do Triângulo               | Engenho do Mato        | 0,011        | 0,010        | <b>-11,19%</b> | 14            | 37            | <b>164,29%</b> |
| 71. Praça Santo Antônio              | Santo Antonio          | 0,001        | 0,001        | <b>69,83%</b>  | 3             | 8             | <b>166,67%</b> |
| 72. Quadra 51 Engenho do mato        | Engenho do Mato        | 0,001        | 0,002        | <b>28,68%</b>  | 3             | 8             | <b>166,67%</b> |
| 73. Remanso Verde                    | Matapaca               | 0,025        | 0,032        | <b>27,16%</b>  | 44            | 107           | <b>143,18%</b> |
| 74. Rua do Brito                     | Várzea das Moças       | 0,037        | 0,048        | <b>30,51%</b>  | 57            | 160           | <b>180,70%</b> |
| 75. Rua Polônia                      | Maria Paula            | 0,013        | 0,037        | <b>193,17%</b> | 36            | 123           | <b>241,67%</b> |
| 76. Sabino Teodoro                   | Santa Barbara          | 0,036        | 0,040        | <b>11,50%</b>  | 101           | 166           | <b>64,36%</b>  |
| 77. Saibreira                        | Jacaré/ Santo Antônio  | 0,073        | 0,079        | <b>8,29%</b>   | 398           | 458           | <b>15,08%</b>  |
| 78. Serrinha / Morro do Abacaxi      | Cubango                | 0,056        | 0,066        | <b>17,23%</b>  | 190           | 263           | <b>38,42%</b>  |
| 79. Tibau                            | Piratininga            | 0,010        | 0,010        | <b>-4,84%</b>  | 40            | 71            | <b>77,50%</b>  |
| 80. Travessa Antonio Flor            | Fonseca                | 0,010        | 0,013        | <b>31,56%</b>  | 42            | 85            | <b>102,38%</b> |
| 81. Travessa Figueira                | Fonseca                | 0,031        | 0,048        | <b>53,66%</b>  | 77            | 120           | <b>55,84%</b>  |
| 82. Travessa Irany                   | Fonseca                | 0,119        | 0,136        | <b>14,17%</b>  | 483           | 750           | <b>55,28%</b>  |
| 83. Travessa Regina                  | Santa Barbara          | 0,030        | 0,039        | <b>31,66%</b>  | 102           | 151           | <b>48,04%</b>  |
| 84. Vila Ipiranga                    | Fonseca                | 0,182        | 0,220        | <b>21,14%</b>  | 960           | 1.215         | <b>26,56%</b>  |
| 85. Vila Ipiranga II / Santo cristo  | Fonseca/ Engenhoca     | 0,569        | 0,582        | <b>2,31%</b>   | 1.945         | 2.713         | <b>39,49%</b>  |
| <b>Total</b>                         |                        | <b>8,099</b> | <b>8,814</b> | <b>8,83%</b>   | <b>29.139</b> | <b>38.437</b> | <b>31,91%</b>  |

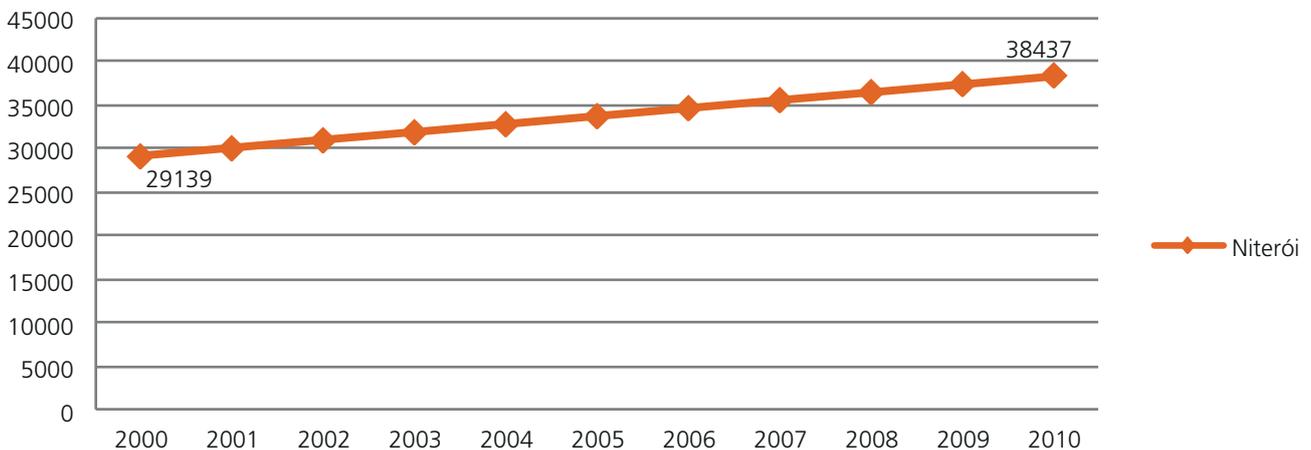
Elaboração: Equipe Habitação NEPHU/UFF, 2013. Dados sobre assentamentos precários: contagem por imagem de satélite 2000, 2009 e 2010.

Localização de Assentamentos Precários (AP), ano base 2010



Fonte: Elaboração Equipe Urbanismo NEPHUI/UFF, 2012. Dados sobre Assentamentos Precários - Contagem por imagens de satélite, 2009/2010 pela Equipe de Geoprocessamento / NEPHUI/UFF, 2012.

Número de Domicílios em AP – 2000-2010



Fonte: Elaboração Equipe Urbanismo NEPHUI/UFF, 2013. Dados sobre Assentamentos Precários – Contagem por imagens de satélite, 2009/2010 pela Equipe de Geoprocessamento / NEPHUI/UFF, 2013.

2009 e 2010, da área urbanizada do município, percentual muito superior à média dos MIC (5,54% em 2010).

Eles se localizam principalmente nas regiões das Praias da Baía, Pendotiba e Norte, as duas primeiras com predominância de classe média e média alta. Os assentamentos mais antigos e consolda-

dos estão na Região das Praias da Baía e na Norte, já os maiores em área ocupada, se situam na Região de Pendotiba. Os assentamentos mais recentes e com maior taxa de crescimento, encontram-se na Região Oceânica, principal zona de expansão urbana do município, valorizada pelo capital imobiliário e onde

estão situados 29 AP. Nessas regiões de ocupação das classes de maiores rendas, os assentamentos, seguindo o padrão brasileiro de urbanização, ocupam áreas desfavoráveis e frágeis.

Dentre os AP que mais cresceram entre os anos de 2000 e 2010, em relação ao número de domicílios,

destacam-se: Fazendinha II (520,00%), Rua Polônia (241,67%), Comunidade da Rua 76 (226,67%), Cacilda Ouro (225,00%), Mangueirão (207,41%), Rua do Brito (180,70%), Quadra 51 Engenho do Mato (166,67%), Praça Santo Antônio (166,67%) e Praça do Triângulo (164,29%). Em termos de expansão em área, destacam-se os AP: Rua Polônia (193,17%), Morro Loteamento Vila Verde (90,67%), Morro do Cantagalo (71,70%) e Praça Santo Antônio (69,83%).

O exame da variação do número de domicílios em AP, entre 2000 e 2010, aponta que este vem crescendo, assim como se expande a área ocupada (8,82%), porém em índices inferiores à tendência observada nos MIC (18,53%).

Mesmo assim, em termos dos Indicadores A e B, o município se afasta progressivamente da Meta estabelecida para 2012, isto é, de 11,73% de área urbanizada ocupada por AP e 18,22% de domicílios em assentamentos, comparados aos 9,93% observados em 2010.

A densidade média observada, em 2000, no conjunto dos AP foi de 3.597,74 domicílios/km<sup>2</sup>, enquanto a densidade média encontrada na área urbanizada era de 2.315,28 domicílios/km<sup>2</sup>, portanto superior. Contudo, a densidade domiciliar observada nos assentamentos precários em 2010 teve

um significativo aumento, passando para 4.361,10 domicílios/km<sup>2</sup>, enquanto a média observada na área urbanizada aumentou timidamente para 2.658,21 domicílios/km<sup>2</sup>, evidenciando uma maior concentração domiciliar nos AP e, portanto, um processo de precarização das condições de moradia da população mais pobre residente no município.

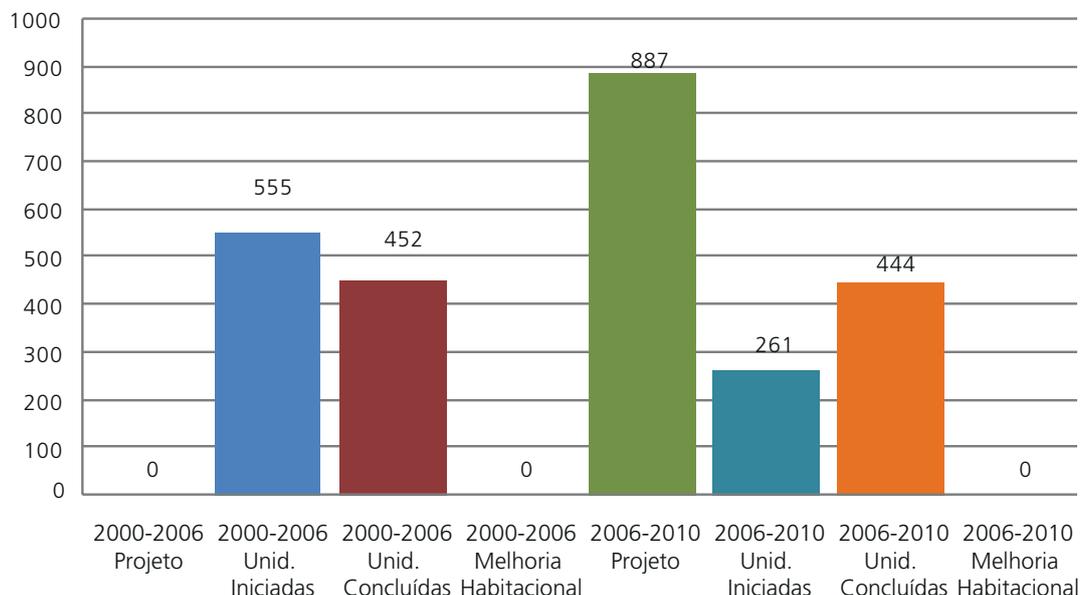
Em termos da produção, o número de novas moradias de interesse social em Niterói é ainda bastante reduzido, frente ao cenário de informalidade identificado. Na verdade, num período de dez anos (2000-2010) foram produzidas/concluídas 896 unidades habitacionais, sendo 622 voltadas para famílias com renda entre de 0 e 3 salários mínimos (SM) e 274 voltadas para atender famílias de 3 a 6 SM. Contudo, dos projetos identificados para o período 2006-2010 (que totalizavam 887 unidades habitacionais), somente alguns permaneceram ativos, a seguir: Sapê (320), Morro do Castro (240), Viçoso Jardim (180) e Morro da Cocada (3).

Com esse cenário de produção de novas moradias, o município se encontra distante de atingir sua Meta (restando produzir 2.018 unidades até o ano 2012). Atualmente, encontra-se ainda em elaboração o Plano Local de Habitação de Interesse Social, tendo sido cumpridas as duas primeiras etapas (Pactuação

da Metodologia e Identificação da Precariedade Habitacional), faltando o Plano de Ação. Com esse plano, o município terá importante instrumento de planejamento das ações para enfrentar o desafio da HIS, inclusive de identificação de terra para a localização de novas moradias e instrumentos para o controle da valorização fundiária.

Em relação à regularização fundiária, o município, entre 2000 e 2006, não realizou ações nesse sentido. E entre 2006 e 2010, apenas 17 famílias foram beneficiadas com a conclusão do processo de regularização fundiária. Os 10 projetos restantes, que beneficiariam 3.774 famílias, ainda não foram concluídos. Este quadro aponta para uma ausência de investimentos em regularização fundiária nos anos analisados, o que caracteriza um possível abandono em relação à Meta de redução da informalidade habitacional no município, que seria atingida caso o município beneficiasse aproximadamente 2.820 famílias com a regularização fundiária.

Produção Habitacional, entre 2000 e 2010



Fonte: Prefeitura e Lideranças Locais. Elaboração. Equipe Urbanismo NEPHUI/UFF, 2012.



# ODM9

## ACELERAR O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, COM REDUÇÃO DE DESIGUALDADES NA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DO COMPERJ

Metas 12 à 18 e 23: Jorge Nogueira de Paiva Britto<sup>1</sup>; Carlos E. Guanzirol<sup>2</sup>; Daniel Ribeiro<sup>3</sup>; Claudio Considera<sup>4</sup>; Leonardo Mulls<sup>5</sup>; Luciano Losekan<sup>6</sup>; Marco Vargas<sup>7</sup>; Alberto Di Sabbato<sup>8</sup>

Meta 21: Edna Massae Yokoo<sup>9</sup>; Ana Paula Costa Resendes<sup>10</sup>; Sandra Costa Fonseca<sup>11</sup>; Andréa Sobral de Almeida<sup>12</sup>; Hélia Kawa<sup>13</sup>

Meta 22: Edna Massae Yokoo<sup>14</sup>; Ana Paula Costa Resendes<sup>15</sup>; Sandra Costa Fonseca<sup>16</sup>; Waldemir Paixão Vargas<sup>17</sup>; Hélia Kawa<sup>18</sup>

**META 12** Viabilização de crescimento continuado da região dos MIC acima do crescimento do Estado e do País.  
Indicadores:

- Evolução do PIB em valores constantes
- Evolução do PIB *per capita* em valores constantes

**META 13** Atração de mão de obra qualificada para a região dos MIC.  
Indicador:

- Evolução do emprego formal

**META 14** Melhoria do perfil do mercado de trabalho na região dos MIC.  
Indicadores:

- Evolução da taxa de desemprego
- Remuneração média mensal do trabalho formal (em valores correntes)

1 Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia.

2 Professor Associado IV da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia.

3 Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Doutor em Economia.

4 Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia.

5 Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia. Coordenador do Curso de Graduação da Faculdade de Economia.

6 Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia. Chefe de Departamento da Faculdade de Economia.

7 Professor Adjunto da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia.

8 Professor Associado da Faculdade de Economia da UFF, Doutor em Economia. Diretor da Faculdade de Economia.

9 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

10 Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

11 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

12 Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

13 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

14 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

15 Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Epidemiologia e Saúde do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

16 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

17 Mestrando do Programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva da Universidade Federal Fluminense.

18 Professora Adjunta do Departamento de Epidemiologia e Bioestatística da Universidade Federal Fluminense.

- 
- META 15** Dinamização do padrão de especialização produtiva na região dos MIC.  
Indicador:
- Índice de concentração produtiva das atividades econômicas
- META 16** Dinamização de cadeias produtivas locais na região dos MIC.  
Indicador:
- Empregos gerados em cadeias produtivas
- META 17** Fortalecimento do empreendedorismo na região dos MIC.  
Indicadores:
- Evolução do número de pequenas e médias empresas (PMEs)
  - Evolução do número de empregos gerados em pequenas e médias empresas (PMEs)
- META 18** Adequação do suprimento de energia ao crescimento na região dos MIC.  
Indicador:
- Consumo *per capita* de energia elétrica
- META 21A** Adequação da infraestrutura de atenção à saúde na região dos MIC.  
Indicador:
- Taxa de mortalidade geral por 1.000 habitantes
- META 22A** Controle e redução de indicadores de violência na região dos MIC.  
Indicador:
- Taxa de mortalidade por causas externas selecionadas (agressões e acidentes de transporte)
- META 23** Melhoria das condições fiscais e da capacidade de investimento na região dos MIC.  
Indicadores:
- Equilíbrio orçamentário
  - Investimento público *per capitado*
- META 24** Adequar a oferta de moradias à necessidade de crescimento da região do MIC.  
Indicadores:
- Variação percentual do valor dos imóveis praticado em cada assentamento precário em relação ao valor médio praticado nos assentamentos precários da ADA
  - Variação percentual anual do valor dos imóveis praticado no mercado formal nos municípios da ADA

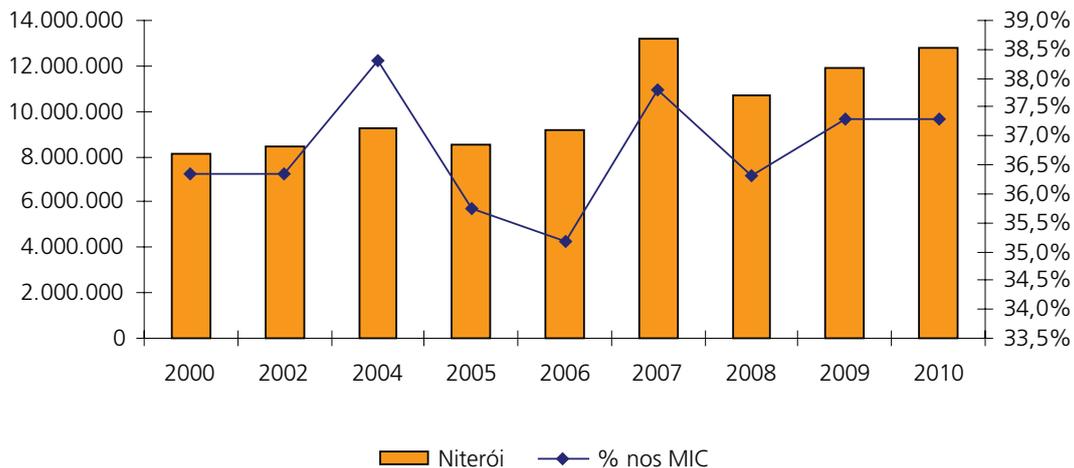
O PIB no município de Niterói se elevou de R\$8,2 bilhões em 2000 para R\$12,7 bilhões em 2010, o que equivale a um crescimento real de 56,8%, o quinto maior crescimento dentre os Municípios de Influência do Comperj (MIC). A participação do município de Niterói no PIB dos MIC se mantém relativamente constante entre 2000-2010, variando entre 36,3% e 37,3%, embora seja possível observar certa oscilação de participação ao longo do período analisado. Cabe destacar também, que o crescimento do PIB no município de Niterói, entre 2000 e 2010, foi superior ao observado para a média dos MIC

(52%), para o Estado do Rio de Janeiro (54%) e para o Brasil (61%).

O PIB *per capita* do município de Niterói aumentou de R\$17.604,81, em 2000, para R\$25.781 em 2010, o que significa um aumento de 46,4%, o terceiro maior aumento dentre os MIC. Verifica-se também que o aumento do PIB *per capita* no município de Niterói entre 2000-2010 foi superior ao observado para a média dos MIC, 29,6%, e para o Estado (aumento de 37,9%), mas seguiu um aumento proporcionalmente similar ao registrado no âmbito do Brasil (aumento de 44,8%). Entre os MIC em 2010, Niterói posicionava-

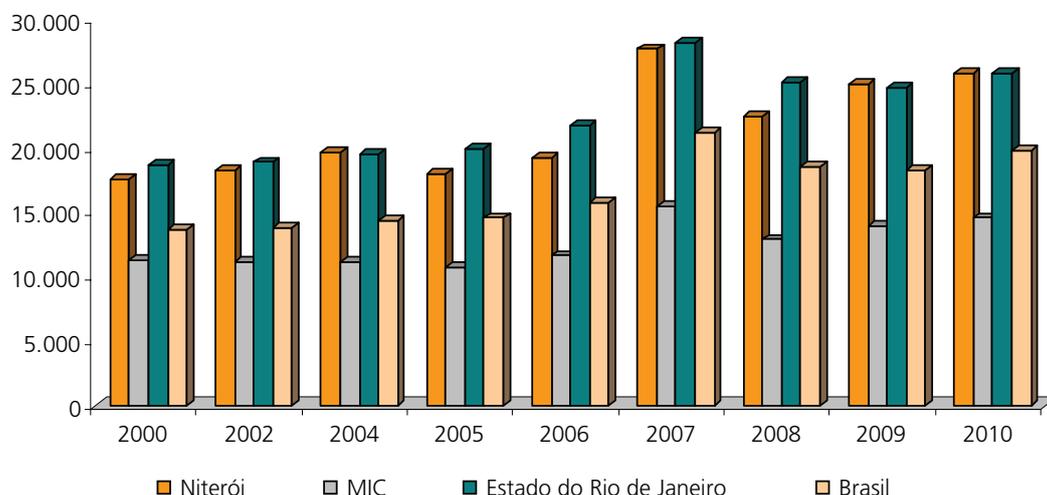
-se como o segundo melhor colocado em termos do valor absoluto do PIB *per capita* (R\$25.781), ficando acima da média dos MIC, R\$14.594, no nível do Estado do Rio de Janeiro (R\$25.757) e acima do Brasil (R\$19.764).

Evolução do PIB em valores constantes (R\$ 1000 de 2010) entre 2000 e 2010



Fonte: IBGE.

PIB *per capita* em valores constantes (R\$ de 2010) entre 2000 e 2010



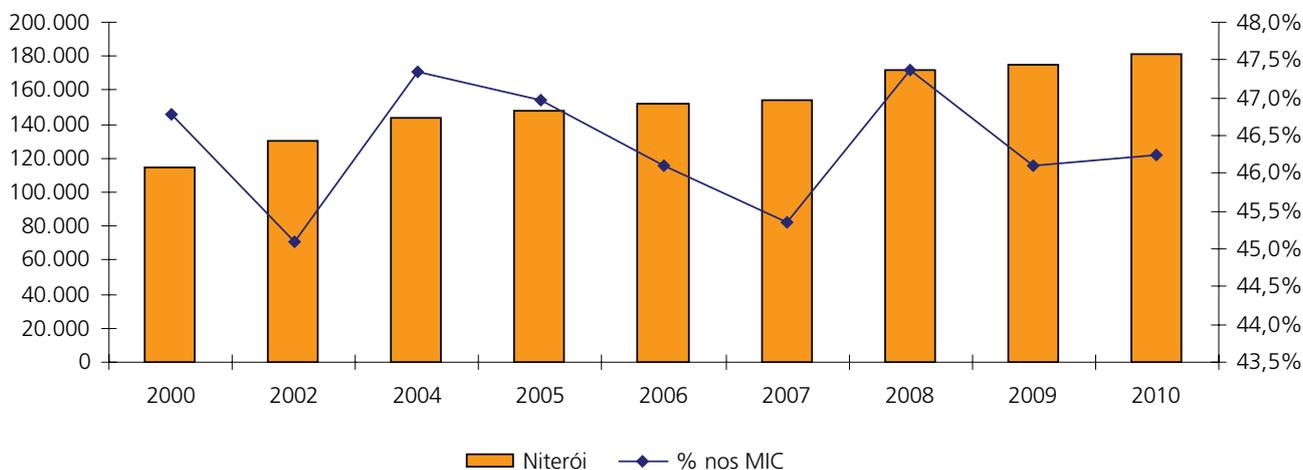
Fonte: IBGE.

Entre 2000 e 2010, o total de empregos formais contabilizados no município de Niterói cresceu 58,25%, evoluindo de 114.393 para 181.029 postos de trabalho. Com isso, Niterói localizou-se na 1ª posição em termos do montante do emprego formal gerado em 2010. Ao longo do período 2000-2010, Niterói apresentou certa estagnação na participação do total do emprego formal dos Municípios de Influência do Comperj (MIC), saindo de 46,77% em 2000 para uma participação de 46,25% em 2010.

A taxa de desemprego estimada para o município de Niterói passou de 14,1%, em 2000, para 6% em 2010, ficando abaixo das taxas de desemprego estimadas tanto para o Estado do Rio de Janeiro (17,1%, em 2000, e 7,8% em 2010) quanto para o conjunto dos MIC (17,5%, em 2000, e 8,6% em 2010). Diante disto, nota-se que, durante o período analisado, a queda da taxa de desemprego no município de Niterói foi de 8,1 pontos percentuais, ao passo que no Estado do Rio de Janeiro e no

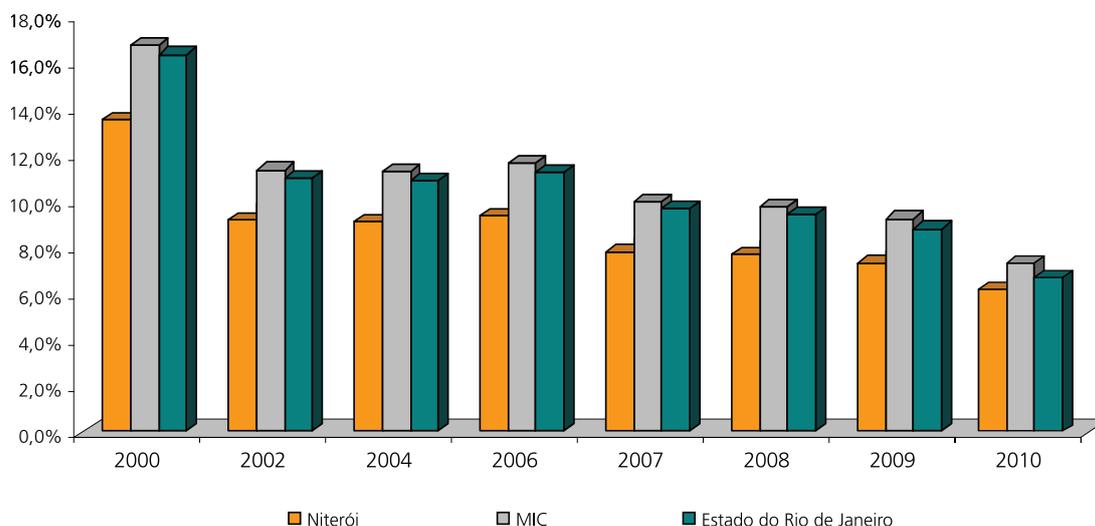
grupo de municípios que compõem a região de influência direta do Comperj as quedas foram de 9,3 e 8,9 pontos percentuais, respectivamente. Em comparação com os MIC no ano de 2010, o município de Niterói registou a primeira posição em termos de menor taxa de desemprego.

### Evolução do Emprego Formal entre 2000 e 2010



Fonte: RAIS (MTE).

### Evolução da Taxa de Desemprego (em %) entre 2000 e 2010



Fonte: Censo 2000, PNAD, PME (para 2008) e estimativas da equipe de Economia (obs: os micro dados do censo 2010, necessários para o cálculo da taxa de desemprego no ano de 2010, ainda não foram disponibilizados pelo IBGE).

Quanto ao nível de remuneração média mensal da mão de obra formal empregada no município de Niterói, observa-se que a mesma evoluiu de R\$ 626,00 em 2000 para R\$ 1.654,00 em 2010, correspondendo a um crescimento nominal de 164,1%, superior ao crescimento da remuneração na região dos MIC (148,0%), no Estado do Rio de Janeiro (128,7%) e no Brasil (117,4%). Este crescimento manteve o município acima da média dos MIC (R\$ 1.330,00), abaixo do Estado (R\$ 1.837,00) e acima da média do Brasil (R\$ 1.588,00).

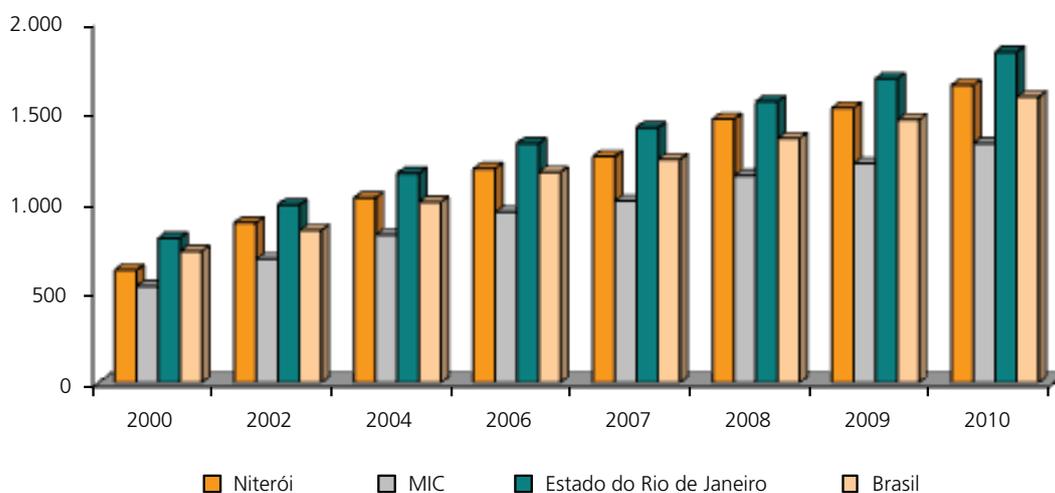
Um aspecto importante das atividades econômicas diz respeito ao grau de concentração (ou diversificação) dos setores produtivos existentes em uma localidade qualquer. Neste contexto, quanto maior for o índice de Herfindhal, mais concentrada e, por consequência, menos diversificada, é a estrutura produtiva da região em análise. Com isso, verifica-se que, em 2010, o município posicionava-se em segundo lugar entre os Municípios de Influência do Comperj em termos de menor grau de concentração da estrutura produtiva. Em termos comparativos, o valor do índice de concentração de Herfindhal no município (0,071) foi inferior ao registrado nos MIC (0,086), no Estado do Rio de Janeiro (0,086) e no Brasil (0,084). Entre 2000 e 2010, este índice diminuiu 13,4% no município Niterói, eviden-

ciando uma concentração da estrutura produtiva superior à observada nos MIC (em 6,8%), no Estado do Rio de Janeiro (3%) e no Brasil (0,6%).

No que se refere à estrutura produtiva do município de Niterói, é possível considerar um recorte a dois dígitos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), para identificar as atividades econômicas mais relevantes para a geração de empregos, bem como aquelas nas quais o município encontrava-se relativamente mais especializado no ano de 2010. Em termos da geração de empregos, as seguintes atividades destacavam-se pela geração de mais de 3.000 empregos formais em 2010: comércio varejista; educação; administração pública, defesa e seguridade social; atividades de atenção à saúde humana; serviços para edifícios e atividades paisagísticas; alimentação; outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados às empresas; transporte terrestre; atividades de organizações associativas; construção de edifícios; obras de infraestrutura; coleta, tratamento e disposição de resíduos. No tocante à especialização relativa – identificada comparando-se a participação da atividade no município à mesma participação para o total do país – as seguintes atividades podem

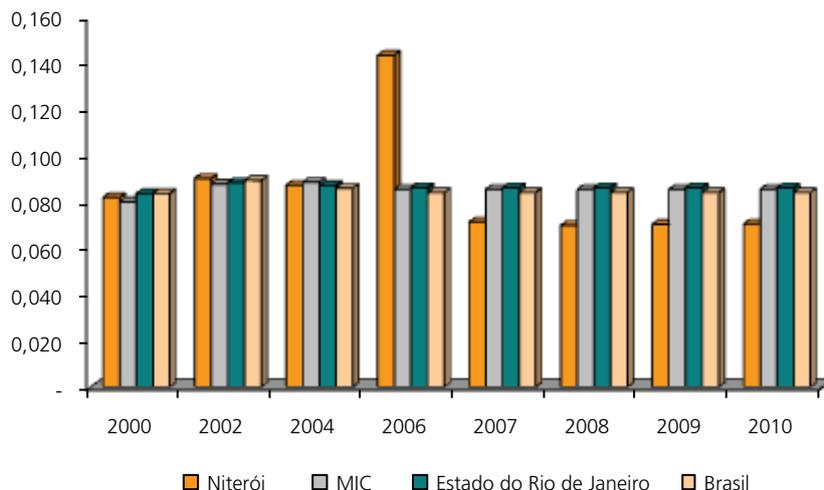
ser destacadas: outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores; transporte aquaviário; atividades de apoio à extração de minerais; coleta, tratamento e disposição de resíduos; outras atividades de serviços pessoais; educação; manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos; pesca e aquicultura; atividades esportivas e de recreação e lazer; aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos intangíveis não-financeiros; serviços para edifícios e atividades paisagísticas; atividades de atenção à saúde humana.

Remuneração média mensal dos trabalhadores (em valores correntes – R\$) entre 2000 e 2010



Fonte: RAIS (MTE); CAGED (MTE).

Índice de concentração produtiva de Herfindhal (2 dígitos) entre 2000 e 2010

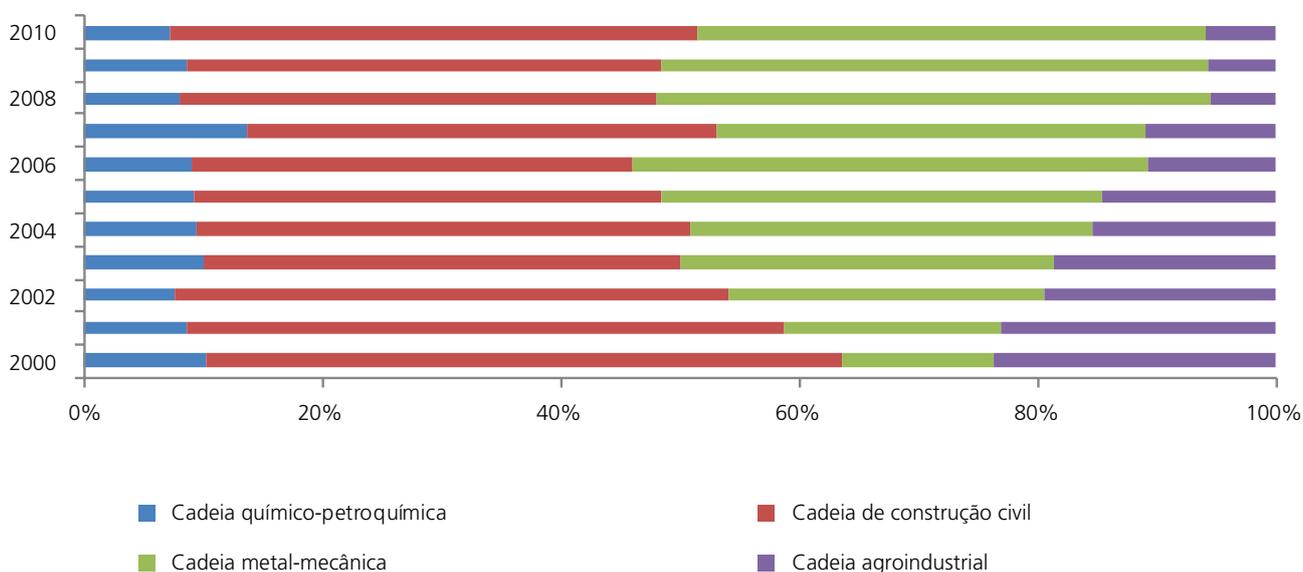


Fonte: RAIS (MTE).

Considerando as quatro cadeias produtivas selecionadas para investigação (agroindustrial; químico-petroquímica; metal-mecânica; construção civil), verifica-se que em 2010, a cadeia de construção civil foi responsável pela geração, em Niterói, de 44,1% do emprego formal, seguida de perto pela cadeia metal-mecânica com 42,8%, enquanto a cadeia química-petroquímica ficava com 7,4% do emprego e a cadeia Agroindustrial ficava com apenas 5,8% do emprego nas cadeias selecionadas. Ao longo do período 2000-2010, a cadeia agroindustrial registrou uma queda de 18 pontos percentuais na sua

participação, o que também ocorreu com as cadeias de construção civil (queda de 9 pontos percentuais) e Químico-petroquímica (queda de 3 pontos percentuais). Como reflexo, observa-se um aumento bastante expressivo (de 30 pontos percentuais) na participação da cadeia metal-mecânica.

Distribuição dos empregos gerados em cadeias produtivas (em %) entre 2000 e 2010



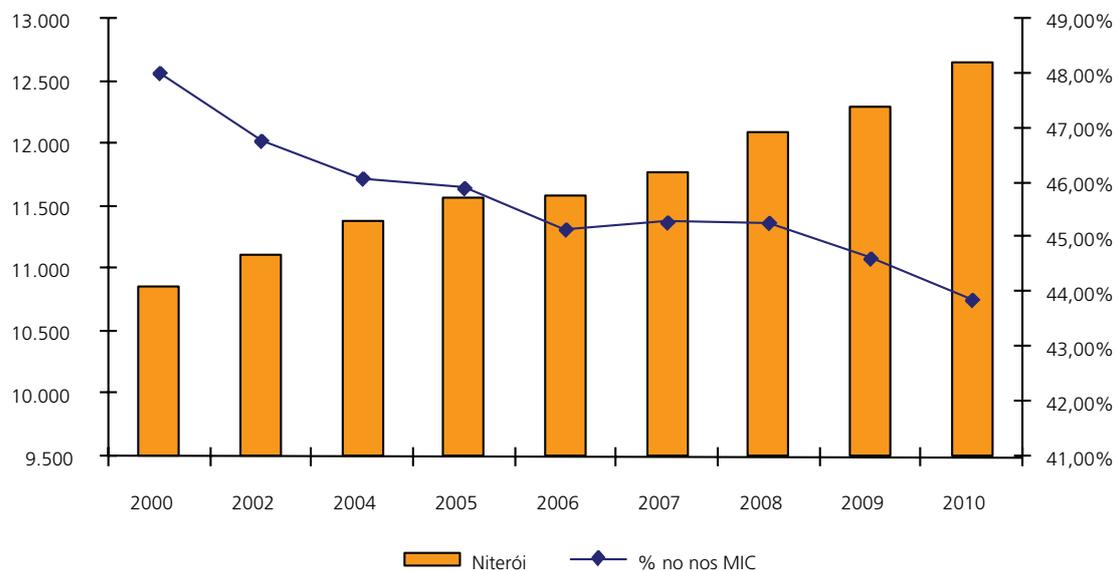
Fonte: RAIS (MTE).

O número de pequenas e médias empresas (PMEs) no município de Niterói passou de 10.8 mil no ano 2000 para 12.6 mil em 2010, correspondendo a um aumento de 16,52%, a segunda menor variação dentre os MIC. Como reflexo desse crescimento, a participação do município no total de PMEs dos MIC diminuiu de 48,00% em 2000, para 43,87% em 2010.

crescimento entre os Municípios de Influência do Comperj. Em razão desse crescimento, a participação do município no total de empregos gerados por PMEs nos MIC caiu pouco passando de 48,68% para 46,19%.

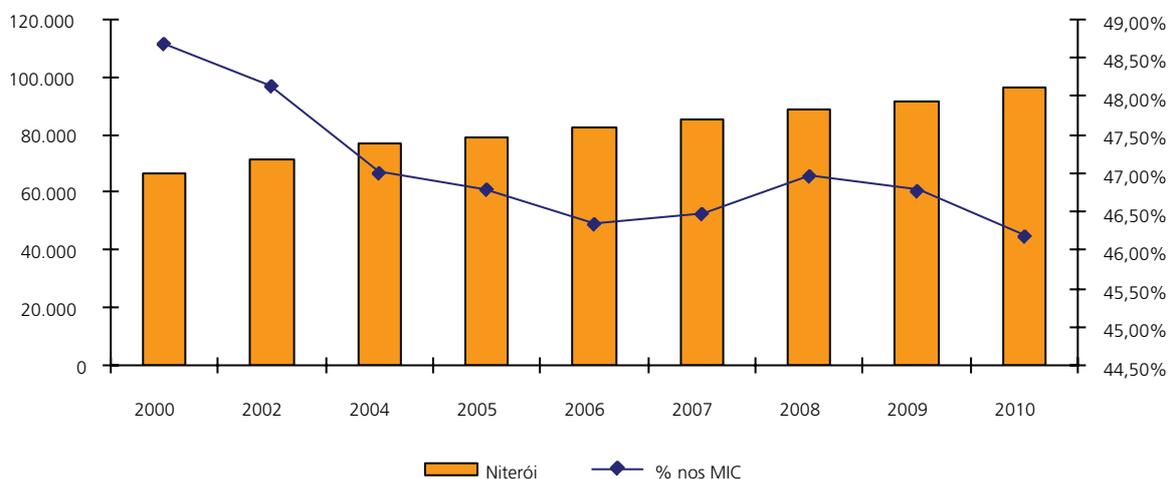
Já em termos do total de empregos gerados pelas PMEs no município de Niterói, verifica-se um crescimento da ordem de 43,96%, entre 2000 e 2010, com os mesmos evoluindo de 66.8 mil para 96.1 mil, o sétimo maior

Evolução do número de Pequenas e Médias Empresas (PMEs) entre 2000 e 2010



Fonte: RAIS (MTE).

Evolução do número de empregos gerados por Pequenas e Médias Empresas (PMEs) entre 2000 e 2010



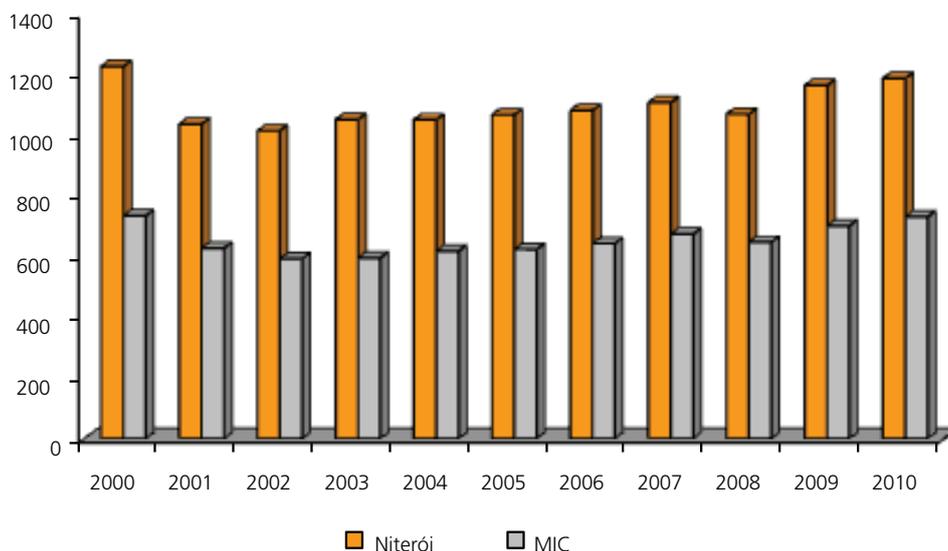
Fonte: RAIS (MTE).

O consumo de eletricidade *per capita* apresentou um decréscimo de 3,2% entre 2000 e 2010 no município de Niterói, valor menor do que a média dos MIC (-0,4%). Em comparação com os demais municípios da região, Niterói posicionava-se como o 2º município onde o consumo de energia mais decresceu. Niterói, para o ano de 2010, apresentou um consumo *per capita* de 1.164KW, que é superior à média dos MIC (731KW *per capita*).

em 12% neste ano. Os MIC tiveram *superávit* de 11% e o Estado do Rio de Janeiro de 21%. Com isso, ao longo do período 2000-2010, o *superávit* fiscal do município se elevou em 14 pontos percentuais, enquanto para o total dos MIC houve aumento do *superávit* de 9,4 pontos percentuais evidenciando um crescimento mais pronunciado das receitas.

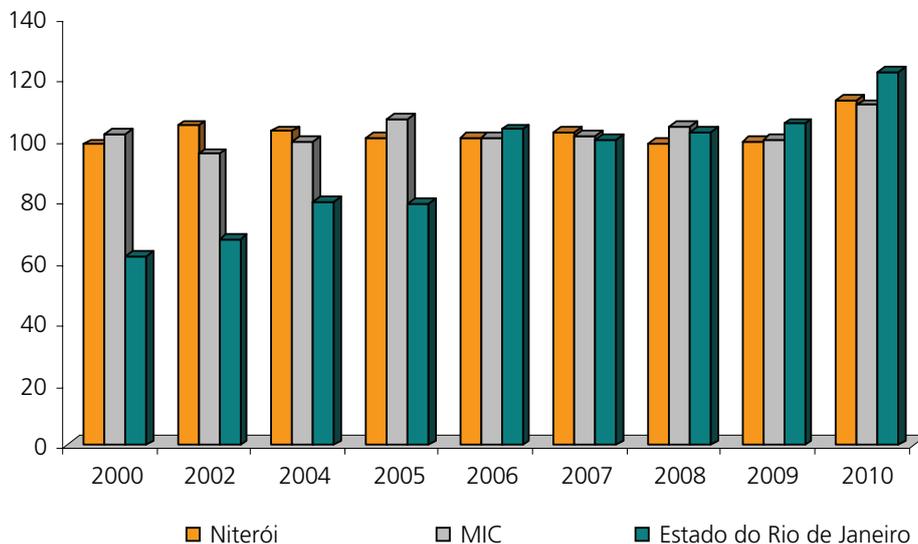
O município de Niterói apresentou uma situação de relativo *superávit* orçamentário em 2010, ou seja, as receitas superiores às despesas públicas

Consumo *per capita* de Eletricidade (KWh/habitante) entre 2000 e 2010



Fonte: CEPERJ / ANEEL.

Equilíbrio orçamentário - Receita Pública/Despesa Pública (em %) entre 2000 e 2010

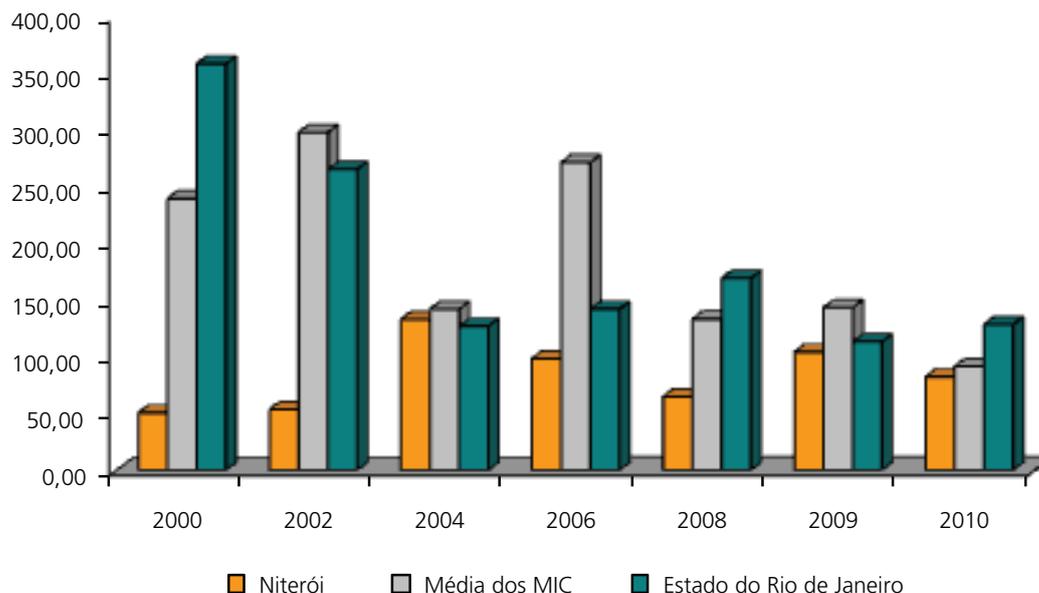


Fonte: FINBRA – STN; TCE-RJ.

A análise dos investimentos feitos pelos municípios em relação ao tamanho de suas populações (investimento *per capita*) mostra que o município de Niterói apresentou um investimento *per capita* em torno de R\$ 82,52 em 2010, ficando abaixo da média dos Municípios de Influência do Comperj (R\$ 91,7) e do Estado do Rio de Janeiro

(R\$ 128). Entre 2000 e 2010, este investimento *per capita* aumentou 63% no município de Niterói, enquanto houve uma queda significativa (de 62%) nos MIC e de 64% para o total do Estado do Rio de Janeiro.

Investimento público *per capita* (em R\$ de 2010), entre 2000 e 2010



Fonte: FINBRA – STN; TCE-RJ.

A mortalidade geral é um indicador das condições gerais de saúde de uma população, diretamente relacionada às condições materiais de vida. Assim, a mensuração deste indicador é uma forma aproximada de análise da infraestrutura existente em uma dada área.

No município de Niterói a taxa de mortalidade geral apresentou pouca variabilidade no período de 2000 a 2010. A média do município foi 6,76 por cem mil habitantes, a terceira menor da região de influência do Comperj, atrás de Silva Jardim e Casimiro de Abreu. As taxas de Niterói apresentaram-se durante todo o período de 2000 a 2010 abaixo das médias dos MIC. Entretanto, no período de 2000 a 2004, a taxa municipal foi superior à média encontrada no Estado do Rio de Janeiro. No período de 2005 a 2010, a taxa de Niterói apresentou-se abaixo da taxa estadual.

Acidentes de transporte matam 1,2 milhões de pessoas ao ano, com uma média de 3.242 pessoas todo dia. Além disso, causam lesões incapacitantes em 20 a 50 milhões de pessoas por ano, e são a 11ª causa de mortes e causam 2,1% das mortes no mundo.

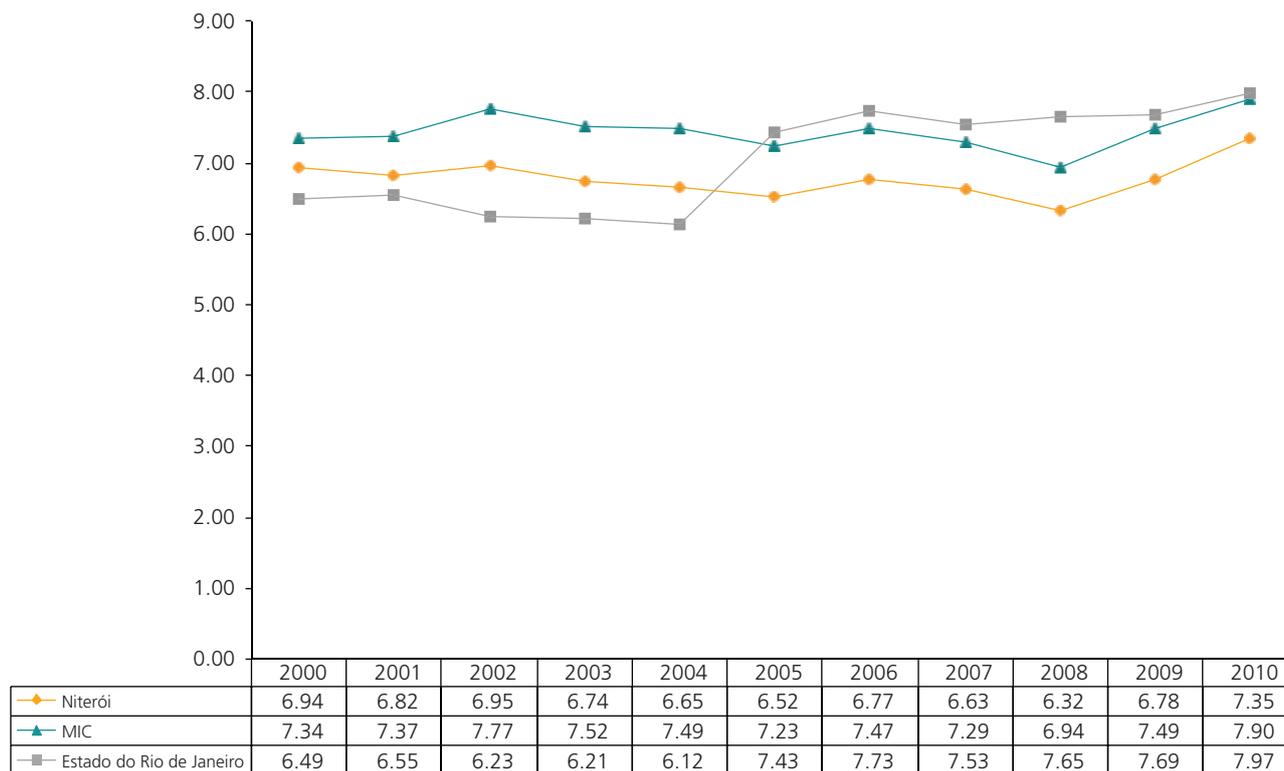
No município de Niterói a taxa de mortalidade por acidentes de transporte apresentou variabilidade no período de 2000 a 2010, caracterizando-se por redução importante a partir de 2007. A redução total no período foi de 65%. Durante todo o período as taxas de Niterói encontravam-se abaixo das médias da região de influência do Comperj e do Estado do Rio de Janeiro.

A ocorrência de mortes violentas nos espaços urbanos vem sendo associada a alguns fatores existentes nesses ambientes como: concentração populacional elevada, desigualdades na distribuição de riquezas, iniquidade

na saúde, impessoalidade das relações, alta competição entre os indivíduos e grupos sociais, fácil acesso a armas de fogo, violência policial, abuso de álcool, impunidade, tráfico de drogas, estresse social e baixa renda familiar. A violência é uma das principais causas de morte na população de idade compreendida entre 15 e 44 anos e é responsável por 14% das mortes na população masculina e 7% na feminina.

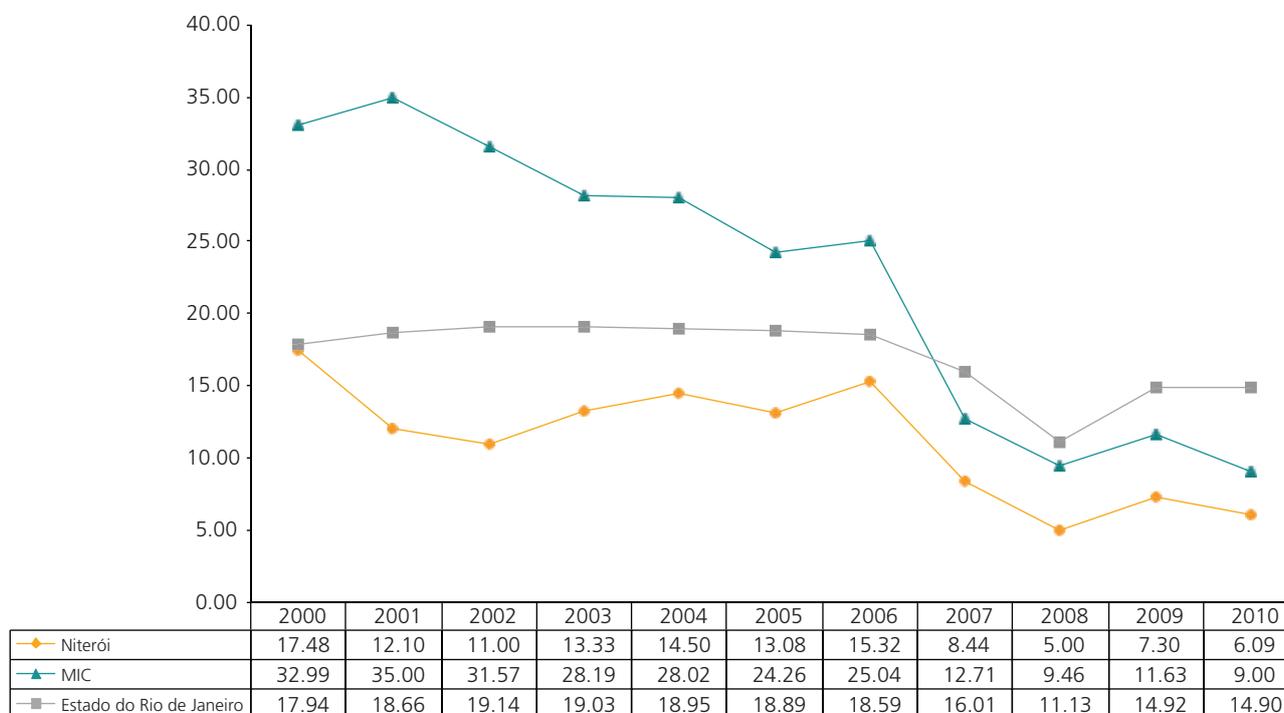
No município de Niterói, a taxa de mortalidade por agressões apresentou variabilidade no período de 2000 a 2010, com tendência acentuada de queda. A redução total no período foi de 70%. A taxa, em 2010, foi a menor de todo o período analisado. As taxas de Niterói encontravam-se, no período de 2000 a 2010, abaixo das médias da região de influência do Comperj (exceto 2000, 2004 e 2007) e abaixo das médias do Estado do Rio de Janeiro.

Taxa de mortalidade geral padronizada (por 1.000 habitantes) entre 2000 e 2010



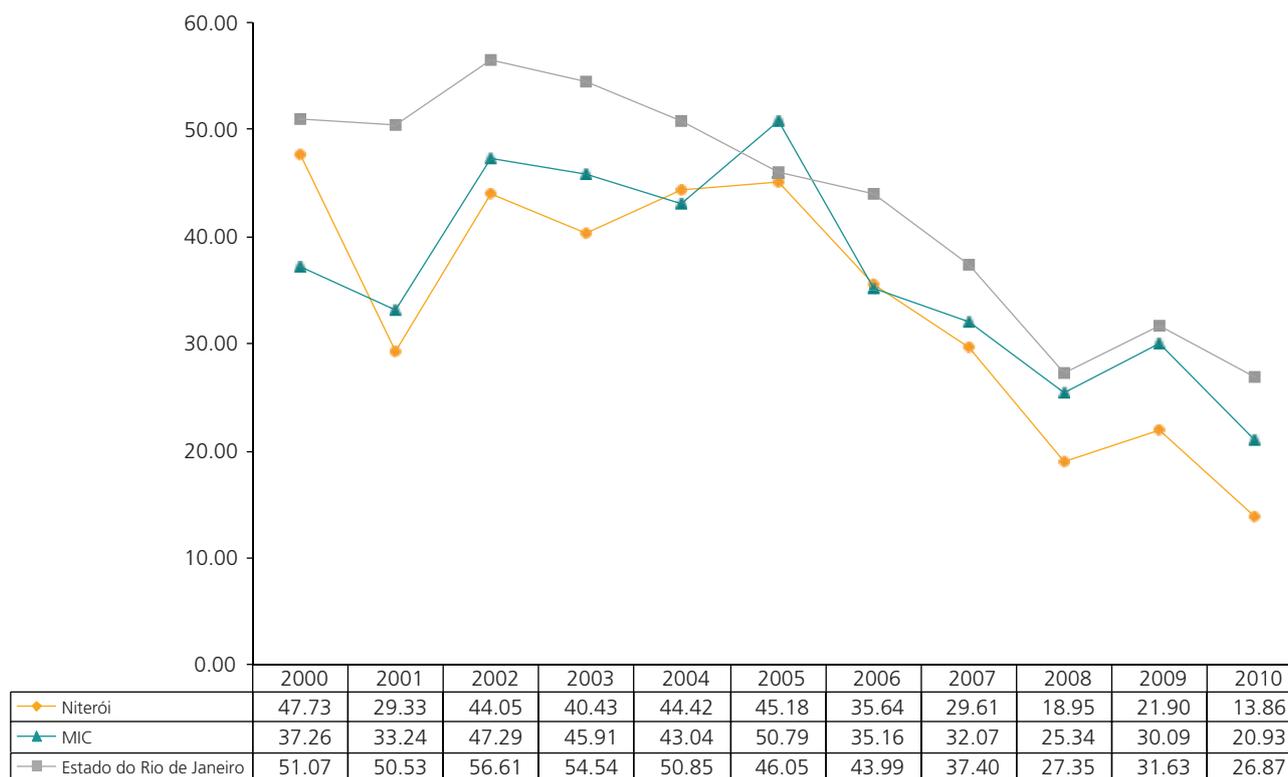
Fonte: SIM/DATASUS.

Taxa de mortalidade por acidentes de transporte padronizada (por 100.000 habitantes) entre 2000 e 2010



Fonte: SIM/DATASUS.

## Taxa de mortalidade por agressões padronizada (por 100.000 habitantes) entre 2000 e 2010



Fonte: SIM/DATASUS.

A análise do processo de desenvolvimento local, com redução de desigualdades na região dos MIC, envolve a análise de indicadores bastante heterogêneos. No entanto, alguns aspectos podem ser ressaltados. Entre 2000 e 2010, o crescimento do PIB (56,9%) e do PIB per capita (46,4%) no município de Niterói ficou acima do registrado no âmbito dos MIC, cujas taxas observadas foram de 52,9%, para o PIB, e 29,6% para o PIB per Capita, o que representa uma diminuição da discrepância no que se relaciona a evolução do produto no município analisado em comparação com a média da região estudada. Por outro lado, a remuneração e o emprego formal cresceram significativamente no período 2000-2010. No caso da remuneração média, Niterói registrou uma evolução de 164,3%, ficando acima da taxa observada no conjunto dos MIC (148%). Já o emprego formal no município em questão aumentou em 58,3%, demonstrando um crescimento abaixo do apresentado pela região dos MIC (60%). Este resultado sugere um aumento da renda média do trabalhador no município de Niterói com-

parativamente a renda média dos trabalhadores nos municípios impactados pelo Comperj. Em paralelo, observamos também que a taxa de desemprego em Niterói recuou em 8,1 pontos percentuais, enquanto que na região dos MIC a queda foi de 8,9 pontos percentuais.

No que se relaciona a estrutura produtiva no município de Niterói, nota-se que a diversificação registrada, mediante a queda de 13,9% no índice de concentração, pode ter favorecido a criação de empregos com maior nível de remuneração, dado que a renda média aumentou em maior proporção do que o nível de emprego em comparação com a região dos MIC. Diante disto, verifica-se que o processo de desenvolvimento econômico e social de Niterói tem melhorado. Contudo, quando analisamos o consumo de energia elétrica per capita, que diminuiu entre os anos analisados em 3,2%, podemos sugerir uma leve queda na qualidade de vida da população (cabe destacar que esse indicador não é conclusivo, pois Niterói apresenta uma renda média relativamente alta, o que poderia induzir a troca de aparelhos antigos por novos e

mais eficientes). Além disto, nota-se um aumento na quantidade e no emprego em PMEs em Niterói, abaixo da média da região, o que mostra uma fragilidade do fortalecimento do empreendedorismo no município.

# REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, P; FARIA, C. **Mobilidade residencial na cidade do Rio de Janeiro: considerações sobre os setores formal e informal do mercado imobiliário.** Trabalho apresentado no XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Abep, Caxambu, 1998.

ALFONSIN, B. **Direito à moradia: instrumentos e experiências de regularização fundiária nas cidades brasileiras.** *Observatório de Políticas Urbanas e Gestão Municipal*, 1997.

AMARAL, D; SÁNCHEZ, Fernanda; BIENENSTEIN, R. **O Leste Fluminense, o COMPERJ e a questão urbano-habitacional.** In: OLIVEIRA, F. L.; COSTA, S. M.; CARDOSO, A. L. *Grandes Projetos Metropolitanos: Rio de Janeiro e Belo Horizonte.* Rio de Janeiro: s. n., 2007.

BEISIEGEL, Celso de Rui. **A Qualidade do Ensino na Escola Pública.** Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

BIENENSTEIN R.; AMARAL, D. **Regularização fundiária plena em terras da união: Desafios e perspectivas. O caso do assentamento Vila Esperança, São Gonçalo - RJ - Brasil.** Trabalho apresentado no XIII ENAnpur, 2009.

BIENENSTEIN, R. **Redesenho urbanístico e participação social em processos de regularização fundiária.** Tese de Doutorado. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001.

BOLAFFI, G. **Habitação e urbanismo: o problema e o falso problema.** Em: MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade).* São Paulo, Alfa-Omega, p. 37-70, 1982.

BONDUKI, N. **Do Projeto Moradia ao programa Minha Casa Minha Vida.** *Teoria e Debate*, v. 82, 2009.

BONDUKI, N. **Política habitacional e inclusão social no Brasil: revisão histórica e novas perspectivas no governo Lula.** *Arq. urb-Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, Nº1, 2008.

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria.** *Estação Liberdade*, 1998.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: [ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope\\_web/lei\\_n9394\\_20121996.pdf](ftp://ftp.fnde.gov.br/web/siope_web/lei_n9394_20121996.pdf). Acesso em 10 de mai. 2011.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. Cadernos do Ministério das Cidades: Habitação. **Política Nacional de Habitação.** Caderno 4. Brasília, DF: Governo Federal, 2004. (Série de Cadernos MCidades)

CARDOSO, A. **Habitação de interesse social: política ou mercado? reflexos sobre a construção do espaço metropolitano.** Trabalho apresentado no XIV ENANPUR, Rio de Janeiro, 2011.

CARDOSO, A. **Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX.** Associação Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído-ANTAC, 2007.

CARDOSO, A. **Política habitacional no Brasil: balanço e perspectivas.** *IPPURI/UFRRJ: MON*, v. 17, 2006.

CARDOSO, A. **Política nacional de urbanização e regularização de assentamentos precários,** Ministério das Cidades, Brasília, DF, 2003.

CAVALLIERI, F.; OLIVEIRA, S. **"A melhoria das condições de vida dos habitantes de assentamentos precários no Rio de Janeiro: uma avaliação preliminar da Meta 11 dos Objetivos do Milênio."** Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2006.

CDC. **Centers for Disease Control, Dengue.** Acesso 27 abril de 2011. <http://www.cdc.gov/dengue/epidemiology/index.html>.

DONALÍSIO, M. R.; GLASSER, C. M. **Vigilância Entomológica e Controle de Vetores do Dengue**. Rev. Bras. Epidemiol. 2002; 5(3):259-272.

DUARTE, S. **Direito à moradia, políticas públicas em habitação e o enfrentamento do déficit habitacional: os desafios do Programa Minha Casa, Minha Vida**. *Dissertação de Mestrado*. UERJ, 2011.

ELALI, G. **Mais do que paredes: algumas considerações sobre aspectos subjetivos da habitação**. II Congresso Brasileiro e I Ibero americano Habitação Social – Ciência e Tecnologia. Florianópolis, 2006.

FERNANDES, E. **Políticas de regularização fundiária: confrontando o processo de crescimento informal das cidades latino-americanas**. XV, p. 597-616, 2007.

FERNANDES, E. **A nova ordem jurídico-urbanística no Brasil. Direito urbanístico. Estudos Brasileiros e Internacionais**. Belo Horizonte: *Del Rey/Lincoln Institute*, p. 3-23, 2006.

FIX, M. **Financeirização e Transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. *Tese de Doutorado*. Universidade Estadual de Campinas, 2011.

FIX, M.; ARANTES, P. **Como o governo Lula pretende resolver o problema da habitação. Alguns comentários sobre o pacote habitacional Minha Casa, Minha Vida**. *Correio da Cidadania*, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, SECRETARIA DO AMBIENTE, INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE INEA. **O estado do ambiente** - Indicadores Ambientais do Rio de Janeiro 2010. Rio de Janeiro - SEA/INEA – 2011.

HONÓRIO, N. A.; SILVA, W. C.; LEITE, P. J.; GONÇALVES, J. M.; LOUNIBOS, L. P.; LOURENÇO-DE-OLIVEIRA, R. **Dispersal of *Aedes aegypti* and *Aedes albopictus* (Diptera: Culicidae) in an urban endemic dengue area in the state of Rio de Janeiro, Brazil**. Mem Inst Oswaldo Cruz 2003; 98:191-8.

HONÓRIO, N. A.; CASTRO, M. G.; BARROS, F. S. M.; MAGALHÃES, M. A. F. M.; SABROZA, P. C. **The spatial distribution of *Aedes aegypti* and *Aedes albopictus* in a transition zone, Rio de Janeiro, Brazil**. Cad. Saúde Pública 2009; 25(6): 1203-1214.

HWA, Chou Sin e HORA, Monica de G. Massera - **Projeto Macacu – Planejamento Estratégico da Região Hidrográfica dos Rios Guapi-Macacu e Caceribu-Macacu**, Rio de Janeiro: FEC/UFF, PETROBRÁS AMBIENTAL, 2009 e 2008.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico de 2008**.

LAGO, L. **Favela-loteamento: reconceituando os termos da ilegalidade e da segregação urbana**. Cadernos MetrÓpole ISSN 2236-9996, n. 09, p. 119-133, 2003.

LAGO, L. **Política urbana e a questão habitacional: novas tendências face à crise econômica brasileira**. *Cadernos IPPURI/UFRRJ*, Ano VI, n. 1, p. 41-47, 1992.

LIMA, A. **Gestão urbana e políticas de habitação social: Análise de uma experiência de urbanização em favelas**. *Annablume*, 2012

LÜDCKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARICATO, E. **"O impasse da política urbana no Brasil"**. *Petrópolis, RJ: Vozes*, 2011.

MARICATO, E. **A nova política nacional de habitação**. *O Valor*, 2005.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. *Atual*, 1998.

MARQUES,E. **"Assentamentos precários no Brasil urbano."** Brasília: Ministério das Cidades, 2007.

MEDRONHO, R. **Dengue e o ambiente urbano.** *Rev Bras Epidemiol* 2006; 9: 159-161.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual nacional de vigilância laboratorial da tuberculose e outras micobactérias / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Vigilância Epidemiológica.** – Brasília : Ministério da Saúde, 2008. 436 p.: il. (Série A. Normas e Manuais Técnicos)

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Manual de Recomendações para o Controle da Tuberculose no Brasil.** Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de Controle da Tuberculose, 2010.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portal da Saúde.** [http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar\\_texto.cfm?idtxt=31115](http://portal.saude.gov.br/portal/saude/profissional/visualizar_texto.cfm?idtxt=31115) (acesso: 30 de novembro 2012).

MINISTÉRIO DAS CIDADES. SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO. **Proposta de Plano Nacional de Saneamento Básico – PLANSAB.** Brasília – abril/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITABORAÍ. **Plano municipal de saneamento básico** – Relatório Base - Gerencial Consultoria e Participações – maio/2010.

RIBEIRO,L.C; AZEVEDO, S. **A produção da moradia nas grandes cidades: dinâmica e impasses.** A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana. Rio de Janeiro, *Editora UFRJ*, 1996.

RIBEIRO,L.C. **Espaço urbano, mercado de terras e produção da habitação.** SILVA, A. Machado da (Org.) Solo Urbano: tópicos sobre o uso da terra. Rio de Janeiro: *Zahar*, 1982.

ROLNIK, R. (Org.) **Como produzir moradia bem localizada com recursos do programa Minha Casa, Minha Vida:** implementando os instrumentos do Estatuto da Cidade. Brasília: *Ministério das Cidades*, 2010.

ROLNIK, R; CYMBALISTA ,R. **"Instrumentos urbanísticos contra a exclusão social."** Vol. 29. *POLIS*, 1997.

SAVIANI, Dermeval. **A nova lei da Educação: trajetória, limites e perspectivas.** 5. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 1999.

SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL. **Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento - SNIS** – 2009 e 2010 – Brasília: MCIDADES.SNSA, 2011.

TAUIL, PL. **Aspectos críticos do controle do dengue no Brasil.** *Caderno de Saúde Pública*; 2002:18(3): p.867-71.

VALLADARES, L. **Passa-se uma casa: análise do programa de remoção de favelas do Rio de Janeiro.** *Zahar Editores*, 1978.

WHO, World Health Organization - **Global Alert and Response. Impact of Dengue.** Acesso 27 abril de 2011 <http://www.who.int/csr/disease/dengue/impact/en/>

WITAKER, J. S. **Produzir casas ou construir cidades?** Desafios para um novo Brasil Urbano. Parâmetros de qualidade para a implementação de projetos habitacionais e urbanos. *Editora FUPAM*. 1ª edição: São Paulo, 2012.

REALIZAÇÃO



ISBN 978-85-228-0815-1



9 788522 808151